

A REVOLUÇÃO ESTUDANTIL

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Trabalho publicado em *As Revoluções Utópicas*.
Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

PARTE II

A REVOLUÇÃO ESTUDANTIL

"A revolução que começa transformará não apenas a sociedade capitalista, como a civilização industrial."

ESTUDANTES, Paris, 1968

"Vocês sabem que eu considero a oposição estudantil como um dos elementos decisivos do mundo atual; não uma força imediatamente revolucionária, como me têm repetidamente contestado, mas um fator entre aqueles que poderiam um dia, mais facilmente, transformar-se numa força revolucionária."

HERBERT MARCUSE

I

A Revolução do Nosso Tempo

A PARTIR DE MEADOS DOS ANOS SESSENTA O MUNDO passou a assistir, entre surpreso e atônito, à revolução estudantil. Anteriormente, a participação ativa do estudante na política era uma característica dos países subdesenvolvidos. No Brasil, na Venezuela, na Indonésia, em países desse nível de desenvolvimento, os estudantes podiam ser considerados uma força política ponderável. Faziam greves, passeatas, distribuía manifestos. Constituíam-se, enfim, em um grupo de pressão relativamente respeitável. No Brasil, por exemplo, antes de 1964, os estudantes, através de seus órgãos oficiais de representação, principalmente a UNE, estavam no centro do processo político brasileiro. Muito mais do que os operários ou os camponeses, os estudantes organizavam-se para protestar contra a ordem estabelecida. E não foi por acaso que o grupo mais severamente reprimido, depois da revolução de 1964, tenha sido o dos estudantes.

Recentemente, porém, o problema estudantil universalizou-se e ganhou profundidade. Deixou de ser um problema típico dos países subdesenvolvidos capitalistas para estender-se para todos os países, independentemente de grau de desenvolvimento ou de regime político. Revoltas estudantis espoucaram em países tão diferentes como os Estados Unidos ou a China, a Polônia ou a Bolívia. As manchetes dos jornais passaram a ser dominadas pela revolução estudantil. Certo dia, em uma mesma manchete, lia-se: «Revolta de Estudantes na Polônia, Alemanha,

Bolívia e Itália». O protesto dos estudantes ganhava intensidade e violência. De uma hora para outra milhares de estudantes, até então considerados pacíficos, levantavam-se em rebelião. E a greve já não era mais sua arma preferida. Ao invés, passaram a adotar táticas muito mais efetivas e violentas, que incluíam passeatas, tomadas das universidades, uso de barricadas nas ruas.

E é claro que a revolta estudantil se propagava através do exemplo. Curiosamente, os dois países em que ela inicialmente se manifestou estavam em polos opostos sob todos os sentidos: os Estados Unidos e a China. Nesta, a Revolução Cultural lançada por Mao-Tse-Tung, teve como principais atores os estudantes, os guarda-vermelhos. E em pouco tempo os guarda-vermelhos escaparam ao controle de Mao. Passaram a agir por conta própria. Nos Estados Unidos, cujos estudantes caracterizavam-se especialmente pela apatia política, tivemos de súbito, principalmente na Universidade de Berkeley, um impressionante levante de estudantes. Depois desses dois exemplos, em países-chave do mundo contemporâneo, a rebelião estudantil propagou-se para a Itália, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Argentina e França, nesta última alcançando uma intensidade e violência acima de todas as expectativas, constituindo-se, sem dúvida, na maior crise política por que passou a França desde a subida ao poder de De Gaulle, em 1958.

Qual o sentido deste movimento estudantil que sacode o mundo? Qual sua profundidade? Trata-se de uma mera revolta ou de uma revolução? Seus objetivos são limitados à reforma universitária ou englobam toda a sociedade? E, principalmente, quais são suas causas? Há fatos novos que podem dar um sentido diferente ao movimento estudantil? São estes problemas que pretendemos examinar de forma resumida e exploratória neste trabalho. Pretendemos, nestes termos, desenvolver um esquema de análise do problema que, se for válido, como imaginamos ser, revestir-se-á de uma importância tal, que merecerá uma análise mais profunda.

A tese central deste ensaio é a de que a revolução política radical de nosso tempo é a revolução estudantil, ou melhor, é a revolução dos estudantes e dos intelectuais não-comprometidos. São os estudantes e os intelectuais não-comprometidos o grupo revolucionário por excelência, o meio de cultura de onde poderão germinar a revolução política e a revolução de consciências contra a ordem tecnoburocrática em emergência. Não são mais os operários, como pretendia Marx no século passado, a classe revolucionária. Não é mais do proletariado que se pode esperar a revolução. Esta, quando e se ocorrer, terá origem nos estudantes e nos intelectuais não-comprometidos.

Admitimos que esta é uma tese discutível. Cremos, todavia, que existem boas razões para sustentá-la. Para isto será necessário verificarmos: a) porque a classe operária deixou de ser revolucionária; b) se o grupo estudantil tem objetivos revolucionários; c) quais os fatos novos (causas) que provocaram esta transformação; e finalmente d) se os estudantes têm uma ideologia capaz de orientar sua ação e poder para tornar efetiva a revolução.

II

Os Ex-Revolucionários e os Novos Revolucionários

A PRIMEIRA QUESTÃO, PORTANTO, É PORQUE A CLASSE operária deixou de ser revolucionária. Marx acreditava que do proletariado surgiria a revolução mundial. Embora Marx tenha carregado excessivamente as tintas, devemos admitir que o genial pensador alemão tinha razão. No século passado e no começo deste século, se havia uma classe potencialmente revolucionária, era ela a classe operária. As condições miseráveis em que vivia e trabalhava, a odiosa exploração de que era objeto, sua proletarização e massificação tornavam-na, naturalmente, a base de qualquer revolução.

Mas estas condições foram se modificando. A predição de Marx do empobrecimento crescente da classe operária não se concretizou. Pelo contrário, seu padrão de vida melhorou sensivelmente em todos os países que se industrializavam. Além disso, foram abertos e institucionalizados os canais de comunicação e conflito entre a classe operária e o regime. A regulamentação do direito de greve, a legislação trabalhista em geral, os sistemas de seguro social criados tiveram esse sentido, e acabaram de amortecer o espírito revolucionário da classe operária.

Hoje, em quase todos os países do mundo, a classe operária é uma classe acomodada. Conseguiu um padrão

de vida razoável e está satisfeita com ele. A legislação trabalhista e o seguro social garantem-lhe a possibilidade de defesa de seus «direitos» e uma velhice tranqüila. Não há por que fazer revolução. As greves limitam-se a exigir melhores condições de trabalho e melhores salários. E se não bastasse tudo isso, em um país como os Estados Unidos, devido aos progressos da automação e ao grande crescimento do setor terciário, o número de operários vem diminuindo não só em termos relativos, mas também absolutos. Sem dúvida, não é da classe operária que poderão surgir as revoluções dos nossos dias.

Este fato tem ficado patente, inclusive em relação aos capítulos recentes da revolta estudantil. A classe operária tornou-se, na melhor das hipóteses, caudatária do movimento estudantil. Em Paris, em 1968, greves foram deflagradas como resultado das manifestações estudantis. Sem os estudantes não teriam ocorrido as greves. Em Madri, os estudantes centraram sua luta em torno de uma reivindicação que deveria ser tipicamente operária: a reivindicação de liberdade sindical. Em São Paulo, o 1º de maio de 1968 só teve alguma repercussão devido às manifestações estudantis, que mereceram a reprovação dos líderes sindicais. Entretanto, a prova mais patente de que podemos hoje nos referir aos operários como sendo os «ex-revolucionários», foi-nos dada pela seqüência dos acontecimentos relacionados com a revolta dos estudantes franceses em maio de 1968. Em um primeiro momento os sindicatos, perplexos, recusaram apoio aos estudantes. Em seguida, para não perder sua liderança, e visto que os estudantes dirigiam-se diretamente às bases operárias, os sindicatos decidiram participar. Greves e ocupações de fábricas sucederam-se. Paris assistiu às maiores manifestações de rua de sua história. Não há exagero nenhum em afirmar que a França esteve à beira da revolução e do caos. Neste momento, porém, os sindicatos retraíram-se. Recusaram-se a endossar as teses revolucionárias dos estudantes. Preferiram canalizar o protesto para a obtenção de melhores salários e condições de trabalho. Conforme noticiava «O Estado de São Paulo» em sua edição de 19 de maio, na primeira página:

«A CGT ao perceber as tendências de muitos líderes estu-
dantis — alguns pregavam uma revolução total, pura e simples
— afastou-se dos universitários e concentrou seus esforços numa
série de reivindicações profissionais.»

Nesse mesmo dia, o correspondente na França desse
mesmo jornal, Gilles Lapouge, escrevia:

«Mas o momento mais crítico parece ter sido superado. Houve
o rompimento entre estudantes e trabalhadores sindicalizados...
Surgiram os técnicos em sindicalismo e em dois tempos tomaram
as decisões. Apropriaram o movimento dos operários jovens e
inexperientes, garantindo-o e estruturando-o simultaneamente. Em
seguida removeram tudo o que pudesse parecer aventura, sepa-
rando os dois grupos, a fim de que os trabalhadores não sofram
a influência dos jovens intelectuais da Sorbonne. Poderosos, inte-
ligentes, bem organizados, eles, que são profissionais, em menos
de 24 horas transformaram aquele fogo selvagem que queimava
contra a sociedade num movimento menos perigoso no estilo
tradicional e conhecido.»

Em outras palavras, os operários, através de suas li-
deranças sindicais, não obstante dominadas por comu-
nistas (como é o caso da CGT), transformaram-se, não
apenas em ex-revolucionários, mas no principal baluarte
da ordem estabelecida. Quem evitou o agravamento da
revolta estudantil, propagada para os meios operários,
não foi a polícia, não foi o Exército, não foi o poder
dos industriais, mas a ação dos sindicatos e do Partido
Comunista Francês. O fato não deixa de ser paradoxal,
mas a conclusão que se tira dele é clara: a revolução,
seja de que tipo for, não virá da classe operária.

A afirmação pode parecer excessivamente radical. Os
acontecimentos de maio de 1969 em Córdoba, na Argen-
tina, por exemplo, poderiam ser lembrados como um
eventual desmentido àquela hipótese. Realmente, aquela
foi uma das únicas circunstâncias, nas últimas décadas,
em que a classe operária, em qualquer parte do mundo,
adotou posições revolucionárias ou pelo menos quase
revolucionárias. Efetivamente a Argentina é o único país
da América Latina e um dos poucos países do mundo que
possui uma classe operária politizada e bem organizada.

Entretanto, se examinarmos mais cuidadosamente os

acontecimentos de maio de 1969 na Argentina, verificaremos que o papel dos estudantes foi então decisivo. Foram eles que iniciaram o movimento, contando inclusive com o apoio de ponderáveis setores da Igreja Católica (cujas transformações políticas revolucionárias, aliás, estudaremos na segunda parte deste livro). Iniciado o movimento pelos estudantes, este, ao contrário do que acontecera na França um ano antes, obteve o decidido apoio dos operários, os quais, finalmente, assumiram a liderança do mesmo, transformando-o em uma luta operária contra o governo. Seria muito pouco provável, porém, que aquela manifestação política impressionante da classe operária, na Argentina, sequer houvesse ocorrido, não fossem os estudantes.

Sabemos que esta é a posição mais polêmica que estamos adotando neste livro. Os próprios estudantes geralmente não admitem a idéia de que a revolução possa ser realizada sem a participação da classe operária. Conforme observa o líder estudantil alemão Dutschke, a missão dos estudantes seria

«despertar, por meio de uma dialética cada vez mais eficaz de esclarecimento e ação da massa, a espontaneidade das massas assalariadas aniquiladas pelos partidos».¹

Os comunistas, especialmente, são dogmáticos a respeito. Pretendendo ser fiéis ao marxismo, afirmam que a revolução só poderá partir da classe operária. Um intelectual comunista inteligente e aberto, como Roger Garaudy, o qual, inclusive, causou grandes problemas para o seu próprio partido — o Partido Comunista Francês —, por haver adotado uma posição de crítica radical ao imperialismo soviético na Tchecoslováquia, ainda não conseguiu desvencilhar-se deste dogma. Garaudy começa, por exemplo, sua análise da «significação das lutas estudantis e suas relações com as lutas operárias» com a seguinte frase:

¹ DUTSCHKE, Rudi, em *Revista Civilização Brasileira*, 19/20, maio-agosto 1968, p. 99.

«A partir da idéia fundamental de que a principal força revolucionária é a classe operária...»²

Este, portanto, é o pressuposto. A partir daí começa a discussão. Garaudy sabe muito bem que Marx escreveu sobre uma realidade econômica e social que não existe mais. Em um século o mundo mudou radicalmente. As análises marxistas da economia e da sociedade europeia têm hoje valor principalmente histórico. Constituem ainda exemplo de aplicação do método do materialismo histórico, o qual — este sim — continua vivo e dotado de poderosa força explicativa do processo histórico da humanidade. Aplicado, porém, a uma realidade diversa, o método histórico marxista deverá produzir resultados diversos dos alcançados pelo próprio Marx. Embora Garaudy e a maioria dos comunistas e socialistas mais esclarecidos saibam de tudo isto, não têm coragem de denunciar a tese de que «da classe operária partirá a revolução», que «a classe operária inserida no processo de produção, realizará a revolução que resolverá a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção capitalistas».

Compreende-se esta falta de coragem a esta hesitação, embora todos os fatos estejam contradizendo a tese que deposita na classe operária a responsabilidade da revolução. No momento em que esta tese foi negada, toda a estratégia comunista terá que ser revista. Ou então será preciso admitir que os partidos comunistas não são mais revolucionários.

Sartre comenta, de forma brilhante, a posição comunista a respeito da revolta estudantil. Embora o trecho seja um pouco longo, transcrevê-lo-emos na íntegra devido a sua importância. São inclusive antecipados diversos problemas sobre a ideologia estudantil que mais adiante trataremos neste livro. Diz ele:

«Outro dia, na Cidade Universitária, um comunista me disse: «O movimento estudantil não é revolucionário porque: 1 — ele não tem ideologia revolucionária; 2 — ele nem sequer abalou

² GARAUDY, Roger, A Revolta dos Estudantes Franceses e a Revolução, em *Revista Civilização Brasileira*, 19/20, maio-agosto 1968, p. 44.

o regime; 3 — ele é de caráter anárquico porque toda vez que a burguesia se revolta vem o anarquismo; 4 — só os operários podem fazer a revolução porque eles são os produtores.»

O infeliz mal pôde falar, tantas foram as vaias, mas era preciso responder. Eu disse: se é preciso ter uma ideologia revolucionária para fazer a revolução, então só o Partido Comunista cubano poderia fazê-lo, não Fidel. Ora, este partido não só não a fez, como também se recusou a juntar-se à greve geral decretada num certo momento pelos estudantes e pela resistência das cidades. O que é admirável, nesse caso, é que a teoria nasceu da experiência, em vez de precedê-la. Mais tarde, sentindo talvez que seu movimento necessitava de bases teóricas, Fidel se aproximou do comunismo.

Façamos a transposição: nada indica que as pessoas que começam uma revolução na França devam ter, para vencer, uma doutrina pronta. Ao contrário, se os estudantes fracassaram, em parte foi porque o PC francês, com sua concepção fechada do marxismo e suas respostas para tudo — tiradas desse ou daquele texto de Lenine — freou seus movimentos.

Não é que os jovens revolucionários não tenham uma doutrina — eles têm até muitas, e bem diferentes, se bem que exijam todos mais ou menos o marxismo — mas eles admitem em pôr as suas idéias à prova na ação. Todos se juntam em torno da idéia muito importante do «poder duplo» que Cohn Bendit lançou: «Nós não poderemos ganhar se não se criar um segundo poder para enfrentar De Gaulle, e este poder só poderá repousar sobre a união dos estudantes e trabalhadores.» Não foi assim desta vez? Não é aos estudantes que se deve culpar.

Terceiro ponto da argumentação comunista: o movimento estudantil é anarquista porque representa uma revolta burguesa. Como explicar então a revolta dos estudantes tchecoslovacos e iugoslavos, que nasceram num regime socialista, e cuja maioria é filha de operários e camponeses? Que querem eles? A mesma coisa que os estudantes franceses, isto é, a liberdade de crítica e de autodeterminação. O que os jovens revolucionários reclamam, burgueses ou não, não é a anarquia, mas exatamente a democracia, uma democracia socialista verdadeira que ainda não se conseguiu em nenhum lugar.

Último argumento enfim: só os operários podem fazer a revolução. Respondo que nenhum estudante politizado jamais disse outra coisa. Eles sempre repetiram: «Nós podemos ser o detonador, mas a revolução será feita pela união das classes trabalhadora, operária e camponesa. Para que eles sejam o detonador, é preciso uma convergência entre as reivindicações e as dos trabalhadores. Dizer que os estudantes, como burgueses, só podem exprimir os interesses da sua classe, é dar provas de um marxismo estreitamente mecânico. Marx disse outra coisa quando explicou como os teóricos saídos da bur-

guesia poderiam se transformar em aliados dos trabalhadores, porque seus problemas, como homens de cultura, sábios, membros de profissões liberais, eram igualmente problemas de alienação. Isto já era verdade na época de Marx, e é ainda hoje, quando os estudantes descobrem que são tratados como objetos durante seus anos de estudos, para serem depois tratados igualmente como objetos quando se transformam nos quadros. Eles compreendem que o seu trabalho lhes é roubado, como os operários, se bem que de uma outra maneira. Por isto os estudantes estão hoje muito mais próximos dos operários do que de seus pais.»³

Nossa posição, todavia, não coincide inteiramente com a de Sartre, e dos próprios estudantes. Não acreditamos que esteja reservado aos estudantes o papel de simples detonador da revolução, nem que esta vá ser realizada pela trabalhadora operária e camponesa. Nossa tese é a de que a liderança de uma eventual revolução caberá aos estudantes e intelectuais não-comprometidos com o processo de produção capitalista. Os trabalhadores poderão constituir-se em uma força auxiliar. Principalmente os camponeses. Secundariamente os operários. Estes estão excessivamente acomodados. Na verdade, sob muitos aspectos, sentem-se parte da ordem estabelecida, mais do que o setor por ela oprimida. Já têm muito a perder para tudo arriscar em uma revolução. Não estão mais no fim da escala social. Depois deles ainda temos os trabalhadores rurais, a população marginal das cidades.

Na verdade, sob certos aspectos, nas sociedades industriais modernas, e muito diferentemente do que acontecia há um século atrás, os operários constituem uma elite dentro da classe baixa — uma elite organizada, tecnicamente capaz e detentora de um padrão de vida razoavelmente elevado e seguro. As contradições entre a sua posição no processo de produção e o da classe capitalista continuam a existir, mas não são tão dramáticas que os levem à revolução, a não ser em um ou outro caso extremo de inflexibilidade do sistema capitalista. De um modo geral, porém, o que se verificou por parte do capitalismo foi uma extrema flexibilidade

³ SARTRE, Jean Paul, entrevista concedida ao *Nouvel Observateur*, em *Revista Civilização Brasileira*, 19/20, maio-agosto 1968, pp. 63-64.

e capacidade de adaptação, que roubaram à classe operária sua força revolucionária.

Nestas condições, uma revolução partindo da classe operária torna-se difícil. O fato novo, que abriu perspectivas de transformações revolucionárias no mundo, foi a emergência dos estudantes como grupo revolucionário. Entretanto, para a realização de uma revolução, o apoio não só da classe operária, mas também de outros grupos sócio-econômicos, será essencial. Não cremos, porém, que a participação ativa dos operários na revolução o seja também essencial.

Poder-se-á então perguntar que revolução será essa então, sem a participação ativa dos operários. Procuraremos responder a esta pergunta quando estudarmos a ideologia da revolução estudantil. Veremos então que, dentro de sua curiosa indefinição ou imprecisão ideológica, esta é uma revolução que não pode ser compreendida dentro dos esquemas políticos tradicionais. Ou revemos nossos esquemas com coragem, arriscando inclusive errar, ou jamais compreenderemos o que hoje está acontecendo no mundo. Antes de mais nada, deveremos lembrar que a revolução estudantil não será apenas contra o sistema capitalista. Também o socialismo burocrático soviético é alvo da contestação estudantil. E apenas este fato já nos obriga a reformular os velhos esquemas.

Devemos, todavia, fazer aqui uma ressalva: na medida em que uma revolução estudantil e de intelectuais não-comprometidos for eventualmente bem sucedida sem o apoio das massas populares, ela estará correndo o grande risco de ser uma revolução elitária. E então todo o idealismo, todo o amor à justiça e à liberdade que caracterizam os jovens dificilmente serão suficientes para impedir graves desvios no processo revolucionário. Talvez seja por isso que os estudantes fazem em geral questão de afirmar que querem transformar o mundo com o apoio e a participação dos trabalhadores. Resta

disto tudo, então, uma contradição: a clássica contradição entre desejos e realidades. Os grupos de esquerda desejariam que operários trabalhadores rurais e camponeses fossem revolucionários. Transformam-nos, então, intelectualmente, em revolucionários. E passam a viver uma contradição intrínseca em sua ação política.

Também não é possível esperar revolução da classe dos camponeses e trabalhadores rurais. Nos países desenvolvidos seu número é cada vez menor. E grande parte é constituída de pequenos proprietários conservadores, satisfeitos com o que têm. Nos países subdesenvolvidos, onde são numerosos e miseráveis, falta-lhes um mínimo de organização e de cultura para que possam levar a cabo qualquer revolução. Analfabetos, ou semi-analfabetos, espalhados pelas fazendas e vilarejos, não têm condições para revoltar-se em termos organizados e efetivos. Podem se constituir, sem dúvida, na grande base de manobra para uma revolução. Sob muitos aspectos, foi o que aconteceu na China, no Vietnã, em Cuba. O apoio dos camponeses foi importante para o êxito da revolução. Mas em nenhum daqueles países coube aos camponeses a liderança do movimento revolucionário. Esta ficou sempre sob o controle de um grupo de intelectuais de esquerda organizados politicamente.

Restam, portanto, os estudantes e intelectuais. Voltemos a eles. E a primeira pergunta a ser colocada é a seguinte: tem o protesto estudantil um sentido revolucionário de negação da ordem estabelecida?

Não pode haver dúvida a respeito: o que os estudantes hoje questionam não é o sistema universitário, não são as deficiências do ensino. Isto também é questionado. Mas os estudantes vão muito além. Todo o sistema em que vivem é negado. Os estudantes parisienses que tomaram a Sorbonne, cobriram-na de cartazes em que afirmavam, por exemplo: «A revolução que começa transformar não apenas a sociedade capitalista, como a ci-

vilização industrial.» Poder-se-á dizer que esta frase é utópica, idealista, mas ninguém poderá negar-lhe o significado que lhe é inerente. Da mesma forma, quando o líder estudantil alemão Rudi Dutschke bradava: «O nosso Vietnã está em Berlim! O nosso Saigon está em Berlim!»; ou quando os estudantes espanhóis faziam tremular uma bandeira vermelha no topo da Universidade de Madri; ou ainda quando os estudantes poloneses partiam para as ruas exigindo liberdade, em todos esses momentos não é preciso ser muito perspicaz para compreender que os estudantes estão pondo em questão os próprios alicerces das sociedades em que vivem.

As reivindicações relacionadas com a reforma universitária servem geralmente de estopim. Facilitam o processo de aglutinação dos menos radicais. Mas, num instante, sob a orientação das lideranças radicais, que encontram um ambiente propício para se tornarem efetivas, o escopo do protesto amplia-se. Toda a sociedade é denunciada. Nada fica de pé. O idealismo exacerbado dos jovens, colocado em contraste com a realidade do mundo contemporâneo, transforma-se em uma negação total da sociedade. Herbert Marcuse, o filósofo alemão radicado nos Estados Unidos, que vem exercendo uma ampla influência sobre os estudantes norte-americanos e europeus, declara, a respeito dos primeiros:

«A oposição da juventude norte-americana poderia assumir um sentido político. Esta oposição está liberta de ideologias, quando não vem assinalada por uma profunda desconfiança sem relação a quaisquer ideologias, inclusive a socialista; trata-se de uma rebelião sexual, moral, intelectual e política ao mesmo tempo. Nesse sentido ela é total, direta, contra o sistema em seu conjunto; traduz o desgosto em relação à sociedade afluente, a necessidade vital de infringir as regras de um jogo enganoso e cruel, de recusar-se a ele. Se essa juventude detesta o sistema da massa de mercadorias em contínuo aumento, é porque ela sabe quantos sacrifícios, quanta crueldade e estultícia intervem quotidianamente na produção do sistema.»⁴

Certamente Marcuse estenderia sua análise também aos estudantes europeus, depois de suas últimas manifesta-

⁴ MARCUSE, Herbert, citado em Arnaldo Pedroso d'Horta, *Da Escola à Luta Política*, publicado em *O Estado de São Paulo*, 24 de março de 1968.

ções. No mesmo sentido, afirma o Professor Giorgio Spini, a respeito dos estudantes italianos:

«A meu ver, em muitos destes jovens, não há um desejo de liberdade animal, mas de liberdade moral, ou seja, uma profunda revolta contra as falsidades e hipocrisias do mundo moderno, e o temor de serem de qualquer modo contaminados por essa lepra.»⁵

Finalmente, um último testemunho a respeito da amplitude do protesto estudantil. Depois da crise que abalou o campus de Berkeley, entre setembro e dezembro de 1964, foi apresentado um relatório oficial sobre os incidentes, ao Conselho de Mantenedores da Universidade, que afirmava:

«Concluimos que a razão básica da inquietação em Berkeley foi o desagrado de grande número de estudantes por muitos aspectos da sociedade em que estão em vias de entrar.»⁶

A crítica do estudante tem portanto um sentido total: nega toda a sociedade, nos termos em que ela está hoje organizada. Nesses termos, o grupo estudantil tem um primeiro predicado para substituir-se aos operários como grupo revolucionário: têm objetivos revolucionários.

⁵ SPINI, Giorgio, citado em *Duas Gerações*, publicado em *O Estado de São Paulo*, 12 de maio de 1968.

⁶ Citado em Pamela Mills, "Movimento Estudantil nos Estados Unidos", revista *Paz e Terra* n. 3, p. 133.

III

As Causas Superficiais

PARA QUE UM MOVIMENTO TENHA SENTIDO REVOLUCIONÁRIO, porém, não basta que seus objetivos o sejam. Muito mais importante é verificar se o protesto tem raízes profundas, se suas causas se inserem de tal forma dentro do processo histórico, de forma que possamos, legitimamente, considerar dentro de uma visão histórica ampla, os estudantes e os intelectuais não-comprometidos (o conceito e o papel dos intelectuais não-comprometidos será por nós analisado mais adiante) como substitutos da classe operária no papel de germen e meio de cultura revolucionário por excelência.

Em vista disto é preciso, antes de mais nada, eliminar as falsas causas e as explicações superficiais. Temos, principalmente, dois tipos de explicação que merecem o título, uma de superficial e a outra de simplesmente falsa.

Pretendem alguns que a revolta estudantil seja causada, fundamentalmente, pelas deficiências do sistema universitário. Nesses termos a revolta seria causada por maus professores, pela burocratização da universidade, pelo sistema de cátedras, pela falta de instalações adequadas, de laboratórios e bibliotecas, pelo excessivo número de estudantes por classe, etc. Semelhante explicação é atrativa pela sua simplicidade. E tem a seu favor o fato

de que as falhas realmente existem, e que são geralmente essas falhas que se constituem no estopim da revolta estudantil. Entretanto, a superficialidade da explicação é manifesta. As deficiências da universidade sempre existiram. Por que só agora causariam protestos? Por outro lado, como explicar todo aquele sentido revolucionário dos estudantes, seu desejo de transformar o mundo? Se fosse verdadeira essa explicação, as manifestações estudantis deveriam limitar-se a exigir a reforma universitária. Ora, já vimos que esta não é sequer a principal preocupação dos estudantes. Além disso, como explicar que, nos Estados Unidos, um dos focos da revolta estudantil, o movimento estudantil teve início e maior repercussão exatamente em uma das melhores universidades americanas, como é sem dúvida Berkeley? Na verdade, querer atribuir a crise estudantil às falhas da universidade é alienar-se da realidade. É confundir as causas reais da revolta estudantil com um pretexto das mesmas.

Não há dúvida de que se trata de um bom pretexto. Tanto assim que, via de regra, as manifestações estudantis começam com protestos contra as falhas da universidade. É natural que isso aconteça. O estudante começa por protestar contra aquilo que está mais próximo dele, que o atinge diretamente. Mas, assim que, com base nesse pretexto, o movimento alcançou um mínimo de unidade e organização, ele extravasa do âmbito do pretexto que lhe deu origem e adquire suas verdadeiras dimensões, de protesto total. Naturalmente, além da reforma universitária, há outros pretextos, como a liberdade sexual, como aconteceu com os estudantes de Paris, que desejavam poder receber pessoas de outro sexo em seus dormitórios, ou com as estudantes de Berkeley, que protestavam porque a farmácia da universidade fora proibida de vender pílulas anticoncepcionais. Mas causas desta natureza têm seu caráter de pretexto e de explicação superficial ainda mais evidente.

De vício mais grave do que o de ser uma causa superficial (como é o caso das falhas da universidade) sofre a explicação corrente nos meios conservadores dos países ocidentais, segundo a qual a revolta estudantil seria fruto da infiltração comunista nos meios estudantis. Mais do que uma causa superficial, esta é uma causa falsa, é uma criação mental daquelas pessoas que sofrem de paranóia anticomunista e que acreditam que, de uma forma ou de outra, todos os problemas sociais do mundo são fruto de um complô internacional, com origem em Moscou ou em Pequim.

Depois da revolta de maio de 1968, na França, a falsidade desta explicação tornou-se tão evidente que não é necessário perdermos muito tempo com ela. Já vimos, quando falamos dos operários como sendo os ex-revolucionários, que foi exatamente o Partido Comunista Francês quem se transformou no baluarte da ordem estabelecida, ao desviar o sentido revolucionário da revolta estudantil, que começava a contagiar a classe operária, para meras reivindicações de maiores salários e melhores condições de trabalho. Conforme observou o *Economist*,

«é significativo que os rebeldes de Nanterre tratam os comunistas como parte do 'estabelecimento', como parte do consenso.»[†]

De fato, o Partido Comunista Francês faz parte da ordem estabelecida, é um organismo aceito pela sociedade, foi institucionalizado, e, portanto, contribui para o consenso político em que a sociedade francesa, aliás, como toda sociedade, está baseada. Seus objetivos podem continuar a ser considerados revolucionários na medida em que pretendem mudar as bases econômicas e sociais do regime, mas seus métodos não são mais revolucionários. E é importante observar que este fenômeno não é peculiar apenas ao comunismo francês. Em todos os países do mundo este acomodamento do comunismo oficial é patente. No Brasil, de há muito o Partido Co-

[†] Transcrito em *O Estado de São Paulo*, 26 de maio de 1968.

De vício mais grave do que o de ser uma causa superficial (como é o caso das falhas da universidade) sofre a explicação corrente nos meios conservadores dos países ocidentais, segundo a qual a revolta estudantil seria fruto da infiltração comunista nos meios estudantis. Mais do que uma causa superficial, esta é uma causa falsa, é uma criação mental daquelas pessoas que sofrem de paranóia anticomunista e que acreditam que, de uma forma ou de outra, todos os problemas sociais do mundo são fruto de um complô internacional, com origem em Moscou ou em Pequim.

Depois da revolta de maio de 1968, na França, a falsidade desta explicação tornou-se tão evidente que não é necessário perdermos muito tempo com ela. Já vimos, quando falamos dos operários como sendo os ex-revolucionários, que foi exatamente o Partido Comunista Francês quem se transformou no baluarte da ordem estabelecida, ao desviar o sentido revolucionário da revolta estudantil, que começava a contagiar a classe operária, para meras reivindicações de maiores salários e melhores condições de trabalho. Conforme observou o *Economist*,

«é significativo que os rebeldes de Nanterre tratam os comunistas como parte do 'estabelecimento', como parte do consenso.»[†]

De fato, o Partido Comunista Francês faz parte da ordem estabelecida, é um organismo aceito pela sociedade, foi institucionalizado, e, portanto, contribui para o consenso político em que a sociedade francesa, aliás, como toda sociedade, está baseada. Seus objetivos podem continuar a ser considerados revolucionários na medida em que pretendem mudar as bases econômicas e sociais do regime, mas seus métodos não são mais revolucionários. E é importante observar que este fenômeno não é peculiar apenas ao comunismo francês. Em todos os países do mundo este acomodamento do comunismo oficial é patente. No Brasil, de há muito o Partido Co-

[†] Transcrito em *O Estado de São Paulo*, 26 de maio de 1968.

munista deixou de ser uma organização efetivamente revolucionária.

Não cabe, no âmbito deste trabalho, discutir as causas deste fenômeno. Basta dizer que, provavelmente, este acomodamento tem origem, de um lado, na institucionalização dos partidos comunistas, a que nos referimos há pouco, e de outro, no fato de os partidos comunistas continuarem, ainda, em sua grande maioria, a serem meras projeções da política de Moscou. Ora, tornou-se claro nos últimos anos que a revolução comunista internacional não interessa aos objetivos nacionais da União Soviética, na medida em que a luta por essa revolução pode pôr em risco a segurança da própria União Soviética.

Se não podemos, portanto, atribuir a revolta estudantil às «maquinações do comunismo internacional», podemos, ainda assim, atribuir estas revoltas à organização dos grupos estudantis radicais de esquerda. Esta explicação é mais plausível, e devemos admitir que há uma certa base para ela. De fato, o que se vem observando nos diversos países ocidentais, inclusive no Brasil, é a formação de pequenos grupos revolucionários de esquerda, de base católica ou/e marxista, que adotam posições políticas muito mais radicais do que as do comunismo oficial. Estes grupos vêm conseguindo, muitas vezes, tomar as lideranças do movimento estudantil. E não há dúvida que, quando esse movimento se transforma em rebelião, a liderança desses pequenos grupos radicais se manifesta.

Entretanto, pretender dar como causa final da revolta estudantil a existência desses grupos, é novamente uma explicação superficial. Esses grupos são mais um sintoma do que uma causa da revolta estudantil. Eles surgem naturalmente, em todo o mundo, porque há um ambiente propício para sua ação. E conseguem, depois, liderar os movimentos, exatamente na medida em que esse ambien-

te propício, esse clima de revolta geral e anárquica, está presente nos seus colegas. Seria absurdo imaginar que todas as revoltas estudantis que vêm abalando o mundo sejam fruto de pequenos grupos ativistas radicais. Esses grupos, sem dúvida, participam da revolta, procuram orientá-la sempre que possível. Mas só conseguem algum êxito em seu esforço na medida em que a revolta não é, realmente, uma expressão apenas deles, mas da grande maioria.

Poderia, porém, alguém objetar: mas não seriam esses grupos radicais organizados internacionalmente? Admitimos, sem dúvida, que haja contactos internacionais entre estudantes. Mas daí concluir que a revolta estudantil resulta de uma organização internacional subversiva é algo que repugna ao bom-senso. Além dos argumentos já apresentados, poderíamos perguntar como se poderiam explicar, nesses termos, as revoltas estudantis da Polônia ou da Tchecoslováquia. Na verdade, atribuir simplesmente a revolta estudantil ao trabalho subversivo de organizações radicais de esquerda é cair no vício do personalismo. E' esquecer que existem causas estruturais, básicas, das quais esses grupos são simples manifestações.

IV

As Condições da Revolta Estudantil

DA MESMA FORMA QUE É PRECISO DISTINGUIR AS CAUSAS falsas ou superficiais das causas reais da revolta estudantil, é preciso discernir, entre as causas reais, as causas permanentes, que preferimos chamar de condições da revolta estudantil, das causas atuantes, das causas novas, que efetivamente deram à revolta estudantil seu sentido e sua amplitude atual.

Por condições da revolta estudantil, entendemos uma série de características da classe estudantil ou do mundo em que vivemos que, de uma forma ou de outra, sempre existiram, ou, pelo menos, existiram nos últimos séculos. Nesses termos não podem ser consideradas causas atuantes da revolta estudantil dos anos sessenta do século XX. Entretanto, se essas características não existissem, certamente não poderíamos pensar em uma rebelião estudantil como a que estamos assistindo. Por isso as chamamos de condições de revolta estudantil.

A primeira e mais importante condição da revolta estudantil é o descomprometimento do estudante com as estruturas econômicas e políticas vigentes e o resultante idealismo com o qual ele pode ver os problemas sociais do mundo. Todo homem possui anseios de liberdade e justiça. Entretanto, é na juventude que esses ideais são

mais poderosos. Depois, quando cada um sai da universidade e vê-se na contingência de enfrentar a vida prática, trabalhar, sustentar sua família, progredir em sua carreira, esses ideais começam a perder sua força. O jovem é obrigado a toda sorte de compromissos, de concessões. Esses compromissos e concessões vão sendo racionalizados, justificados. A isto se soma um crescente ceticismo, uma crescente descrença na possibilidade de alcançar os ideais da juventude, e de repente verificamos que o revolucionário descomprometimento da juventude transformou-se no conservador comprometido da maturidade.

Este descomprometimento e conseqüente idealismo da juventude é um fenômeno tão profundo e universal, que muita gente tem visto nele a causa principal da revolta estudantil dos nossos dias. Na verdade, sem ele não poderia haver essa revolta, mas como ele sempre existiu, não constitui uma explicação suficiente para este fenômeno histórico que iria manifestar-se apenas na segunda metade do século XX.

A mesma análise pode ser feita em relação ao outro ângulo da questão, ou seja, à existência de injustiça, falta de liberdade e de igualdade no mundo. E' claro que a revolta estudantil não poderia ocorrer se o mundo de hoje não fosse caracterizado, exatamente, pela injustiça, pela desigualdade econômica, pelos preconceitos de raça e religião, pela miséria de uns e pela abundância de outros, pelo materialismo vulgar que transforma a posse dos bens materiais em objetivos finais, pela prevalência de motivações individuais e nacionais com base no prestígio e no poder, sobre outras motivações eventualmente mais legítimas, como a auto-realização, as necessidades de amor e cooperação, pelas guerras desumanas e irracionais, etc... Poderíamos continuar, indefinidamente, a enumeração destas misérias. Se elas não existissem, não se poderia falar em revolta estudantil,

porque não haveria contra que revoltar-se. Mas, da mesma forma que no caso do idealismo e descomprometimento dos jovens, estas misérias e injustiças sempre existiram. Em alguns casos, talvez sob formas diferentes. Mas o certo é que não constituem novidade sob a face da terra. Sua simples existência, portanto, é também uma condição de revolta estudantil, mas não uma causa atuante da mesma. Pessoalmente, inclusive, participamos da corrente que acredita no progresso da humanidade. Embora os progressos sejam lentos, acreditamos que o homem vai, aos poucos, criando um mundo mais humano, em que os ideais de liberdade, bem-estar e igualdade de oportunidade vão se firmando. Mesmo, porém, que isto não seja verdade, o inverso certamente também não é aceitável. De forma que não é necessário entrarmos nesta discussão sobre a possibilidade do progresso para que concluamos que a existência de injustiça no mundo não é uma causa atuante, mas apenas uma condição indispensável da revolta estudantil.

V

As Causas Históricas

PARA DEFINIRMOS AS CAUSAS PROFUNDAS E ATUANTES da revolta estudantil, será necessário verificarmos se existem fatos novos, pertencentes à história recente, dos últimos trinta ou quarenta anos, que nos permitam explicar essa revolta e sua crescente importância política. Só a existência de fatos novos e realmente significativos que tenham afetado ou venham afetando de forma profunda o desenvolvimento histórico moderno podem oferecer uma explicação satisfatória para a revolta estudantil. Ou melhor, só fatos novos, com essas características, podem justificar que se atribua à revolta estudantil um significado maior do que a simples baderna, do que a conhecida estudantada.

Ora, a posição que tomamos a respeito é radical. Nossa hipótese é a de que a revolução de nosso tempo é estudantil. Que o movimento estudantil alcançou em quase todo o mundo, e concomitantemente, uma dimensão revolucionária nova, que o transforma no principal gérmen das transformações políticas e sociais que estão por acontecer. E nossa posição é essa exatamente porque vemos na história recente alguns fatos novos altamente significativos que se transformaram nas causas básicas da revolta estudantil.

Estes fatos novos estão todos interligados dentro da ampla perspectiva histórica em que nos estamos colocando.

Em primeiro lugar temos a revolução na educação, que teve início no começo deste século, e ganhou decisivo impulso nos anos trinta e quarenta. Falamos aqui em educação em seu sentido mais amplo e básico — na educação na família, e na escola primária e secundária —, na educação que vai influenciar mais profundamente a formação da personalidade do jovem universitário. Este século vem assistindo a uma revolução neste campo. Começou com o trabalho de alguns pioneiros, educadores e psicólogos, que já no começo deste século desenvolveram suas idéias novas. Nos últimos trinta anos, porém, e particularmente após a Segunda Guerra Mundial, o problema saiu do âmbito da pura discussão acadêmica para o da divulgação inclusive jornalística e, em seguida ou concomitantemente, para a prática nas escolas e nas famílias.

Este tema é fascinante. Já foi objeto de livros e livros e sê-lo-á ainda no futuro. Para nós, que não somos especialistas na matéria, cabe apenas, no âmbito deste trabalho, definir as linhas básicas desta revolução na educação a que estamos nos referindo, e verificar quais as suas implicações políticas, especialmente no que diz respeito à transformação do estudante em um poder revolucionário.

Em um nível de abstração bastante elevado, de forma a ficarmos apenas com as características essenciais desta transformação, podemos dizer que a revolução na educação deste século tem por fundamento a crítica da educação tradicional, que era baseada na autoridade (do pai ou do mestre) e na disciplina, e a proposta de um novo sistema de educação, baseado na responsabilidade e na liberdade (da criança e do jovem).

A revolução da educação, portanto, substituiu autoridade por responsabilidade, disciplina por liberdade. A. S. Neill, cuja experiência educacional em *Summerhill* tornou-se célebre em todo o mundo, resume em algumas palavras o sentido dessa revolução na educação:

«Durante muitos anos eu havia lecionado em escolas comuns. Conhecia bastante a outra fórmula. Sabia que era inteiramente errada. Errada por se basear em uma concepção adulta do que a criança deveria ser e de como a criança deveria aprender. A outra fórmula datava dos dias em que a psicologia ainda era ciência desconhecida.

Bem: resolvemos fazer uma escola na qual daríamos às crianças a liberdade de serem elas próprias. Para fazer isso tivemos que renunciar inteiramente à disciplina, à direção, à sugestão, ao treinamento moral e à instrução religiosa... A função da criança é viver sua própria vida, não a vida que seus pais, angustiados, pensam que elas devem levar, nem a que está de acordo com os propósitos de um educador que imagina saber o melhor. Toda interferência e orientação por parte dos adultos só produz uma geração de robôs.»⁸

A posição de Neill é radical. Não pretendemos que a revolução na educação, na prática, tenha alcançado esta profundidade. Mas esse radicalismo mostra bem o conflito com o sistema tradicional de educação que está contido nos conceitos modernos de educação.

Esta nova concepção de educação foi proposta por psicólogos e educadores em nome do aperfeiçoamento da educação. Entendendo a educação como um processo integrado de formação da personalidade, foi-lhe fácil concluir que a educação tradicional estava errada, que não era possível basear a educação na disciplina férrea, mantida a força de ameaças, palmadas e palmatórias. Muito mais racional, e certamente muito mais capaz de dar resultados, seria uma educação que partisse do respeito pela personalidade da criança, de forma que esta, usando de sua liberdade com responsabilidade, participasse ativa e criadoramente de sua própria educação. Além da força racional de seus argumentos, porém, a nova educação tinha a seu favor o fato de que encontrava um ambiente favorável no processo de desintegração da família patriarcal e de todos os seus sistemas de poder tradicional a que o mundo vem assistindo, desde a revolução industrial.

Este é um fenômeno por demais conhecido, de forma que não nos estenderemos a seu respeito. É sabido que,

⁸ NEILL, A. S., *Liberdade sem Medo* (Summerhill), São Paulo, Ibrasa, 1967 (primeira edição em inglês: 1960), pp. 4 e 11.

à medida que a tecnologia moderna, introduzida através da industrialização, toma conta de uma sociedade tradicional, ocorre um processo racionalizador, em que o poder patriarcal e, de um modo geral, todos os tipos de poder tradicionais, perdem substância. O racionalismo da sociedade industrial é essencialmente desmitizador. Destrói qualquer poder que não tenha base racional. Além disso toda a estrutura econômica e social em que estava baseado o poder tradicional do pai (e, por delegação deste, do mestre) se desintegra, agravando ainda mais a crise do poder tradicional do pai.

A revolução da educação encontrava, portanto, não só argumentos teóricos válidos, mas também um ambiente favorável, na dissolução da família patriarcal. O resultado é que obteve rapidamente divulgação. Não ficou apenas na teoria; em alguns anos transformou-se em prática. Já nos anos quarenta era comum lermos nos jornais e nas revistas populares artigos e reportagens sobre a nova educação, sobre os novos métodos de educar os filhos com base na responsabilidade e no treinamento independente. Essa educação devia ser integrada, compreendendo inclusive a educação sexual. E surgiam as «receitas caseiras» do tipo: não transformar a criança em «saco de pancada», não frustrar desnecessariamente a criança, quando for preciso dizer não à criança, explicar por que, não mentir para a criança, não subestimá-la, não estimular fantasias, etc. Esse receituário simples e lógico, difundido por todos os meios de comunicações em massa, inclusive pela televisão no pós-guerra, vulgarizado, tinha necessariamente que influenciar a educação ministrada por pais e mestres. Especialmente da classe média para cima, não creio que tenha havido, depois do pós-guerra, um pai ou um professor que não tenha sido objeto da pregação dos novos educadores. Além disso, em um campo mais restrito, mas que tende a se estender cada vez mais, começaram a surgir as «escolas experimentais», desde o nível das escolas maternais até o ginásio e o colégio. Nessas escolas, professores treinados no método Montessori e em outros métodos na mesma linha de idéias, revolucionavam a

educação de forma mais científica e deliberada, obtendo de seus alunos uma participação no processo educacional muito mais ativa.

Os estudantes que hoje chegam à universidade — significativamente o único estágio do ensino que praticamente não foi atingido por essa revolução na educação — são fruto dessa revolução educacional (primeiro fato novo) somada a esse processo de desintegração do poder patriarcal (segundo fato novo).*

As conseqüências desses dois fatos novos sobre os jovens são evidentes. O estudante, educado nestas novas bases, é muito mais livre em relação a seus pais e mestres. Formado em um clima de liberdade e independência, o qual, embora ainda decididamente incompleto e mal formulado, já contrasta profundamente com o clima de disciplina e opressão que os homens, hoje com mais de trinta ou quarenta anos, em geral conheceram; o estudante possui uma visão do mundo própria e uma liberdade de ação muito maior.

A compreensão incompleta e geralmente deformada da nova educação que geralmente caracteriza a posição de pais e mestres não contradiz nossa tese. Pelo contrário, fortalece-a. Muitas vezes pais e mestres oferecem apenas uma falsa ou uma meia liberdade, substituindo, por exemplo, a ameaça pela manipulação e a exploração sentimental. Este tipo de hipocrisia, porém, tem o efeito de apenas transformar a liberdade dos jovens mais rapidamente em revolta, já que não há mais condições objetivas para o exercício da autoridade tradicional.

Os valores dos pais e mestres só são aceitos pelos filhos e alunos depois de passarem pelo crivo de sua crítica, geralmente tão impiedosa, quanto é generoso o

* Deve-se abreviar que a desintegração do poder patriarcal não é fenômeno tão novo. Na Inglaterra a revolução industrial teve início a cerca de 200 anos. Não obstante, creio ser válido afirmar que, nas sociedades européias altamente estruturadas em que a revolução industrial primeiro ocorreu, apenas neste século o processo de dissolução do sistema patriarcal causado pela industrialização entrou em fase crítica.

seu idealismo. Além disso, a dissolução da família tradicional torna os laços familiares menos fortes. Perdem inclusive grande parte de sua base econômica, conservando apenas seu sentido afetivo. O resultado importantíssimo, do ponto de vista político, desses dois fatores (independência do filho, dissolução da família patriarcal) é que a solidariedade de classe do filho é profundamente minada. O filho, fruto de uma educação mais livre e de uma família em que a autoridade do pai foi grandemente diminuída, reduz grandemente sua identificação política com a classe social da família.

Não se trata, evidentemente, de um rompimento total. Isto seria impossível. Os condicionamentos de classe são muito profundos para serem inteiramente rompidos. Essa redução da identificação de classe pode ser, inclusive, provisória. Passado o período estudantil ela poderá voltar. Mas, enquanto o estudante ainda não está comprometido com o seu trabalho e com a família que ele vai constituir, sua independência em relação aos interesses e valores de sua classe é incomparavelmente maior do que a do estudante de há alguns anos atrás, ainda educado segundo a fórmula tradicional, e pertencente a uma família em que os componentes patriarcais ainda subsistiam. Esta independência em relação à sua classe pode ser menos pronunciada em setores menores, como o dos hábitos de consumo, a forma de se vestir, ou menos racionalizados, como o da moral sexual ou do conjunto de crenças morais sobre as relações familiares.

No setor político-econômico, porém, é mais fácil para o jovem perceber o caráter subalterno e egoísta das posições de sua própria classe social, seja ela a pequena, a média ou a alta burguesia (sabemos que existe também um número crescente de estudantes universitários provenientes da classe operária; examinaremos o problema mais adiante). No setor político, a discussão é aberta, a crítica à estrutura vigente, seja ela qual for (inclusive capitalista ou socialista) é constante, alternativas, ainda que imprecisas, são oferecidas ao jovem. Facilmente o estudante percebe as contradições existentes entre certos valores gerais que lhe são ensinados —

liberdade, justiça, igualdade, bem-estar para todos — e racionalizações políticas realizadas em torno desses valores por sua própria classe social. E daí surge a revolta. O estudante, porém, não perceberia tão facilmente essas contradições, nem teria condições de reagir contra elas como vem fazendo, não fosse a revolução na educação e a desintegração da família patriarcal.

Além destas duas causas básicas da revolta estudantil, uma terceira (e portanto um terceiro fato novo, dentro dessa perspectiva histórica em que estamos nos colocando) deve ser citada: a crise do racionalismo em que a civilização ocidental se acha mergulhada, desde aproximadamente o começo deste século. Podemos mesmo dizer que a grande crise do mundo moderno é a crise da racionalidade.

Seremos também extremamente breves na análise deste problema, que tem sido o centro de todo pensamento filosófico do século XX. Em síntese, o que se pode afirmar a respeito é o seguinte. Até a Renascença, a civilização ocidental teve a tradição e a religião como ponto de referência básico para seus valores e crenças fundamentais. Todo comportamento individual e social era pautado pela tradição e pela religião. As normas tradicionais de comportamento eram sacralizadas pela religião, a qual também tinha como função controlar o desconhecido, o mistério, explicando-o em termos de crença religiosa. Em um mundo deste tipo era possível constituir-se um sistema de valores e crenças integrados e coerentes. A partir da Renascença a religião e a tradição entraram em crise. Uma nova deusa, porém, surgia, para substituí-las e transformar-se no critério básico de todo comportamento: a razão. O mundo moderno, a partir de Descartes, Bacon, Galileu, define-se como o mundo do racionalismo, o mundo da crença na razão e na ciência. As primeiras manifestações ocorrem nos séculos XVI e XVII, e no século XVIII ele tem seu grande momento

com iluminismo e a Revolução Francesa. No século XIX alcança o auge, com o enorme desenvolvimento da ciência, que produz a crença de tudo resolver e tudo conhecer através da própria ciência. O positivismo é uma excelente ilustração desse ponto de vista. Dentro desse quadro, também, era possível conceber-se um sistema de valores e crenças relativamente integrado e corrente, segundo os princípios do racionalismo.

A partir deste século, porém, percebeu-se que aquela crença absoluta na razão era ingênua, excessivamente otimista. E a partir desse momento o racionalismo entrou em crise, crise esta que caracterizaria todo o mundo contemporâneo. Conforme observa Fritz Pappenheim,

«a parte do mundo conhecida como civilização ocidental está sofrendo há muito tempo de uma crise interna. A atual inclinação para o niilismo nada mais é que uma nova expressão do espírito de dúvida que se seguiu à predominância da crença — crença na grandeza do homem, na ilimitação do progresso e na soberania da razão — característica dos séculos XVIII e XIX.»¹⁰

Na verdade, usando de um nível de abstração bastante elevado, cremos ser correto afirmar que, no campo das idéias filosóficas, a característica essencial do nosso século é a crise do racionalismo, é a decadência de crença absoluta na razão. O existencialismo, que é sem dúvida uma das correntes filosóficas mais expressivas deste século, é um fruto evidente desta crise. O racionalismo caracterizava-se, em geral, pela separação entre o sujeito e o objeto. O existencialismo insurge-se contra esse isolamento em que o homem foi colocado pelo racionalismo que o transformou em uma espécie de mecanismo abstrato com capacidade de conhecer. Em lugar dessa visão simplista, o existencialismo torna o homem em sua totalidade, não como uma essência abstrata («homem é um animal racional»), mas como um ser que, apesar de todas as suas limitações, define-se pela sua liberdade e pela responsabilidade dela decorrente. Essa

¹⁰ PAPPENHEIM, Fritz, *Alienação do Homem Moderno* (tradução do original inglês: *The Alienation of Modern Man*), São Paulo, Brasiliense, 1967, p. 1.

responsabilidade, essa obrigação de ser livre, entra em conflito com o fato de que o homem está alienado da realidade, é um sujeito separado do objeto, não tem mais uma «verdade» satisfatória. E o resultado desse conflito é a angústia, característica central da filosofia existencialista e do homem alienado dos nossos dias, que perdeu, inicialmente, a crença em Deus e na tradição, e em seguida na razão.

Muitos fatores contribuíram para esta crise. No campo das idéias, inicialmente Marx e depois Freud assestaram golpes decisivos no racionalismo. Ambos nasceram sob a égide do racionalismo e suas obras estão profundamente marcadas por esse racionalismo. Marx, porém, foi o responsável por um primeiro e decisivo rombo na estrutura racionalista ao demonstrar o condicionamento histórico de todo pensamento, a dependência que os valores e as crenças, inclusive as crenças científicas, mantêm em relação ao momento histórico, ao estágio do desenvolvimento tecnológico e às relações de produção existentes. Freud, ao mostrar o caráter racionalizador, ao invés de racional, do comportamento humano, procurando justificar suas ações e suas «verdades» em função de seu subconsciente, completou a crítica marxista, dando-lhe uma nova dimensão.

Além de ataques desse tipo, o racionalismo também sofria, paradoxalmente, devido ao próprio desenvolvimento das ciências. Estas, e especialmente as ciências físico-matemáticas, continuavam a experimentar êxitos espetaculares. À medida em que esses êxitos ocorriam, porém, duas coisas ficavam patentes. Por um lado, quanto mais se conhecia, mais se verificava quão pouco era esse conhecimento. Por outro lado, o extraordinário desenvolvimento de ciências como a física ou a biologia, não ajudavam, a não ser muito indiretamente, a resolver os problemas sociais e pessoais dos homens. Era natural, pois, que aquela crença ingênua, messiânica, na razão, entrasse em crise.

No campo dos fatos, porém, talvez mais do que no das idéias, o racionalismo sofria duros golpes. Depois de dois séculos de império do racionalismo, a irracio-

nalidade das guerras, dos preconceitos, da desigualdade, da miséria, continuava em plena ordem do dia. Em outras palavras, o mundo permanecia irracional. A crença em uma lei e uma ordem natural, de base racional, que fora uma das bases do racionalismo e de sua expressão política mais típica, o liberalismo, caíam por terra. Tornava-se assim difícil, em um mundo ilógico, manter incólume a crença no racionalismo.

Esta crise do racionalismo não se limitou, naturalmente, a atingir uns poucos filósofos e intelectuais. Estes, naturalmente, foram mais diretamente atingidos. Além disso, apenas eles foram capazes de identificá-la e verbalizá-la. A crise, porém, atingiu a todos. E o homem moderno é tipicamente fruto desta crise. Seus valores e crenças não têm mais a segurança e a firmeza de quem tinha a tradição, a religião ou a razão como bases. Vivemos em um mundo de dúvida. Não se trata, porém, da dúvida cartesiana que, afinal, não passava de um expediente para negar a tradição e a religião como fontes de conhecimento, e substituí-las pela razão, que sanaria todas as dúvidas. A dúvida do nosso tempo é muito mais profunda e angustiante. É a dúvida sobre a própria razão, sobre a existência de uma verdade fora de nós. O homem contemporâneo está sempre pronto para criticar e negar. Afirmar, porém, ele o faz com imensa dificuldade, com enormes ressalvas, com constantes pontos de interrogação. Nenhum valor é tranqüilo, pacífico. Nenhuma crença é certa. Não há mais critérios absolutos para guiar o homem. A arte moderna, desde a pintura abstrata e a *pop-art* até o teatro do absurdo e o cinema godardiano, refletem bem este estado de espírito.

O reflexo desta crise sobre a revolta estudantil é claro. Pais e mestres perderam a oportunidade de transmitir sua mensagem aos filhos e discípulos não apenas devido à revolução na educação no sentido da independência e da responsabilidade (primeiro fato histórico novo), e à desintegração da família e da sociedade tradicional, dentro da qual a autoridade possuía bases sólidas (segundo fato histórico novo), mas também porque,

em face à crise do racionalismo (terceiro fato histórico novo), eles não têm mais uma mensagem precisa e definida a transmitir. E assim a confusão e a dúvida dos mais velhos, que não conseguem mais estruturas de forma aceitável para eles mesmos, suas idéias a respeito do mundo e muito menos logram justificar esse mundo perante os jovens — vêm reforçar a independência e a revolta estudantil.

O quarto fato novo, da maior importância, que propomos como causa da revolta estudantil é o extraordinário crescimento do número de estudantes ocorrido no pós-guerra e conseqüente massificação da classe estudantil. Tem-se falado muito, nos últimos anos, no problema da explosão populacional. Esta explosão de fato vem ocorrendo, à medida em que diminui rapidamente a taxa de mortalidade, sem que a taxa de natalidade decresça proporcionalmente. Mais violenta, porém, do que a explosão populacional vem sendo o que, por analogia, poderíamos chamar de explosão estudantil. Este crescimento extraordinário do número de estudantes secundários e principalmente universitários — que são os que mais nos interessam neste estudo, embora o estudante secundário, do ciclo colegial pelo menos, não deva ser excluído — foi sem dúvida causado em parte pelo crescimento mais rápido da população.

A explosão estudantil, porém, ocorreu em um ritmo muito mais rápido do que a taxa de crescimento da população. O grande desenvolvimento tecnológico por que tem passado o mundo determinou uma procura muito maior de pessoal com educação superior pelas empresas. Estas, também por imposição do progresso tecnológico, perdiam suas feições tradicionais e familiares, e se abriam para administradores e técnicos de alto nível. Dessa forma, por parte das empresas, não só o desenvolvimento técnico tornava necessário um número crescente de pessoas com nível superior, como também estas se abriam

aos técnicos, se burocratizavam e profissionalizavam à medida que cresciam. Por outro lado, por parte das famílias e dos próprios jovens, ficava cada vez mais evidente que a via de mobilidade social por excelência para um jovem era a educação superior. Em um mundo altamente técnico não era mais possível, via de regra, ter êxito sem uma educação superior. Finalmente, por parte dos governos verificava-se um crescente apoio ao desenvolvimento da educação à medida que se verificava a extrema importância desta para o desenvolvimento econômico. Desta forma verificou-se em todo o mundo, especialmente a partir do fim da II Guerra Mundial, uma conjugação de interesses das famílias, das empresas e dos governos no sentido de desenvolver numericamente a educação superior. E o resultado foi esse extraordinário crescimento da população estudantil e particularmente universitária.

Esta explosão estudantil é por demais evidente para exigir comprovação. Nos Estados Unidos, atualmente, mais de quarenta por cento dos jovens passam pela universidade. No Brasil temos assistido a enorme crescimento numérico do ensino superior, não obstante a taxa de crescimento do número de vagas ainda seja insuficiente, bem inferior à da maioria dos países. Em 1935 existiam no Brasil 27.501 estudantes universitários; em 1965 já contávamos com 155.781 universitários. Em trinta anos, portanto, a população universitária brasileira aumentou em quase 6 vezes, contra um crescimento da população, nesse mesmo período, de aproximadamente duas vezes.

Na França, onde a revolta estudantil alcançou um grau de violência e efetividade inusitado, havia em 1945 123 mil estudantes universitários; hoje há 514 mil. O crescimento, portanto, foi de mais de 4 vezes. No mesmo período a população francesa crescia apenas de 40 para 50 milhões de habitantes. Nos Estados Unidos, o número de universitários passou de 1.400.000 em 1940 para 3.600.000 em 1960. Para 1970 prevê-se uma população universitária de 7 milhões.

As conseqüências desta explosão estudantil em relação à revolta estudantil foram duas. De um lado, o simples aumento numérico dos estudantes lhes aumentou o poder, lhes deu mais potencial revolucionário. Por ocasião da revolta estudantil de maio de 1968 na França era comum lermos nos jornais que vinte mil estudantes haviam realizado uma passeata ou levantado barricadas. E houve algumas manifestações com um número de participantes muito maior. Por outro lado, esta explosão estudantil implicou em um processo de massificação do estudante, especialmente na medida em que o diálogo com os mestres tornava-se não apenas difícil (como sempre fora), mas agora materialmente inviável. E não há dúvida de que a deficiência de comunicações vinha agravar de forma decisiva o conflito já existente.

Entre as conseqüências do crescimento extraordinário da população estudantil poderia ser acrescentado (além do aumento do poder e da supressão do diálogo) o fato de que um número crescente de estudantes procede das classes operárias. De fato isto vem ocorrendo, embora a classe média continue a ser de longe a classe majoritária entre os universitários. Não obstante, alguns analistas têm pretendido atribuir a revolta estudantil a este fato. Não compartilhamos desse ponto de vista. Já examinamos o processo de aburguesamento da classe operária. Difícilmente um operário que tenha conseguido colocar um filho na universidade será um revoltado. Pelo contrário, provavelmente será em média muito mais conservador do que um intelectual ou mesmo um profissional liberal que naturalmente também tem seu filho na universidade. Além disso, já examinamos o processo de relativa perda de identificação de classe que vem ocorrendo com os jovens de hoje. Não há, portanto, razão para tentarmos explicar a revolta estudantil em termos de eventual origem operária dos líderes estudantis. Ao que tudo indica, é exatamente o contrário que vem ocorrendo. Analisando a revolta dos estudantes da Universidade de Colúmbia, observa Nan Robertson, de *The New York Times*:

«Os ativistas são em geral brilhantes, predominando os judeus, geralmente procedentes de famílias influentes e de boa situação financeira, residentes nas grandes cidades ou na costa leste. A maioria frequenta cursos de Humanidades. Seus pais são da época da grande depressão da década dos 30 e sofreram muita insegurança quanto a dinheiro e possibilidades de trabalho, sendo alguns reduzidos à indigência. Muitos deles são atualmente bem sucedidos em suas profissões ou campos de criação. São pais condescendentes, com tendências políticas liberais ou esquerdistas.»¹¹

Pretender, portanto, explicar a revolta estudantil em termos do aumento do número de estudantes de origem operária não é aceitável. A massificação, esta sim, é uma causa da revolta estudantil, na medida em que aumentou o poder dos estudantes e dificultou ainda mais o possível diálogo entre os jovens e «os que têm mais do que trinta anos». E, embora a massificação esteja relacionada com esse maior número de estudantes provenientes das classes inferiores, já vimos que não só a classe operária perdeu quase totalmente seu vírus revolucionário, como também tudo indica que os movimentos estudantis são controlados por estudantes provenientes da classe média.

A título de hipótese, arriscaria mesmo em dizer que estes estudantes originam-se principalmente da classe média superior. Os líderes estudantis de Colúmbia seriam pois uma boa amostra do tipo de líder estudantil que vem abalando o mundo e ganhando as manchetes dos jornais. Esta hipótese nos parece boa, especialmente porque é tipicamente em famílias da classe média superior — cujos pais são geralmente profissionais liberais, professores, altos funcionários públicos, artistas bem sucedidos — que encontramos o tipo de educação e de valores anteriormente discutidos, que propiciam a revolta estudantil.

Finalmente, temos um quinto e último fato histórico novo que listamos entre as causas atuantes e profundas da

¹¹ Transcrito de *O Estado de São Paulo*, 13 de junho de 1968.

revolta estudantil: o extraordinário desenvolvimento tecnológico ocorrido nos últimos anos. Na verdade, o desenvolvimento tecnológico começou a ganhar momento no mundo a partir da Revolução Industrial. Mas esse desenvolvimento foi ocorrendo em proporção geométrica, de forma que o volume ou a densidade de desenvolvimento tecnológico que ocorreu ou se acumulou nos últimos trinta ou quarenta anos é estritamente espantoso. Por isso podemos considerar o desenvolvimento tecnológico também como um fato novo. Desde que possa ser considerado uma causa da revolução estudantil, será portanto uma causa atuante dessa revolta.

Em que esse desenvolvimento tecnológico impressionante se relaciona com a revolta estudantil? Da maneira mais direta possível. Na verdade, podemos afirmar que é tal a importância do desenvolvimento tecnológico como causa da revolta estudantil que, a rigor, poderia ser considerada a única causa. As demais causas anteriormente examinadas — a revolução na educação, a deterioração da família patriarcal, a crise do racionalismo, e a massificação do estudante — são obviamente conseqüências diretas ou indiretas do desenvolvimento tecnológico. Citamo-las separadamente para que não ficássemos em um tal nível de abstração, que acabássemos não descrevendo e analisando de forma adequada o quadro da revolução estudantil.

Além de causa básica das causas anteriormente citadas, porém, o desenvolvimento tecnológico constituiu-se em causa direta da revolta estudantil na medida em que foi o responsável pelo surgimento da sociedade industrial moderna. Ora, como veremos mais adiante, a sociedade industrial moderna — e não o capitalismo ou o comunismo — é que será o objeto da crítica e da revolta estudantil. Deixamos, portanto, para mais adiante, quando examinarmos a ideologia da revolta estudantil, a análise das conseqüências do desenvolvimento tecnológico em termos de surgimento da sociedade industrial moderna. Veremos então, com mais clareza, como esse espantoso desenvolvimento tecnológico por que vem pas-

sando o mundo está no cerne da revolta estudantil e a faz ganhar em profundidade e significação.

Em resumo, depois de examinarmos o sentido eminentemente revolucionário da revolta estudantil, em contraste com o acomodamento dos operários, que chamamos de ex-revolucionários, vimos as causas falsas ou superficiais, as causas permanentes e as causas profundas e atuantes da revolta estudantil. Entre as causas falsas ou superficiais citamos as deficiências da estrutura universitária, a infiltração comunista, o aumento do número de estudantes provenientes da classe operária. Entre as causas permanentes ou condições da revolta estudantil, salientamos o idealismo do jovem, possível por ele ainda não estar comprometido com a estrutura vigente, seja qual for ela, e o fato de que o mundo continua a ser caracterizado mais pelas injustiças do que pela justiça, mais pela falta de liberdade ou pela falsa liberdade, do que pela liberdade, mais pela desigualdade do que pela igualdade de oportunidade, mais pela miséria do que pela abundância. Estas, porém, são causas permanentes ou condições da revolta estudantil, porque sempre existiram, enquanto que a revolta estudantil é um fenômeno recente. Examinamos então os fatos novos que propomos serem as causas atuantes e profundas da revolta estudantil: a revolução na educação, a desintegração da família patriarcal, a crise do racionalismo, a massificação estudantil e o desenvolvimento tecnológico em escala geométrica.

Estas causas, além de se constituírem em fatos novos, relativamente recentes na história universal, possuem uma profundidade, dizem respeito às próprias bases estruturais da sociedade em que vivemos, de forma que dão à revolta estudantil uma significação extraordinária. Em face às suas causas, a revolta estudantil ganha assim todo o seu sentido. Justifica-se que a denominemos a «revolução de nosso tempo».

Cabe agora perguntar: qual o sentido dessa revolução? E qual a sua viabilidade? E' apenas um gérmen revolucionário ou poderá realmente ganhar vigência, transformar-se em revolução de fato? Tentaremos, inicialmente, responder à primeira pergunta.

VI

A Ideologia Revolucionária

SEREMOS BREVES EM EXAMINAR ESTE PROBLEMA POR dois motivos. De um lado, porque esse aspecto já foi mais exaustivamente discutido por um sem-número de analistas, e de outro, porque já examinamos no início deste trabalho o sentido fundamental da revolta estudantil: é eminentemente revolucionária, nega a sociedade industrial moderna de forma radical, não aceita nem seus valores nem suas instituições.

Arnaldo Pedroso d'Horta, que escreveu nas edições dominicais de *O Estado de São Paulo* uma extraordinária série de artigos sobre a revolta estudantil, resumiu a posição ideológica dos estudantes nos seguintes termos:

«Quais são as idéias políticas de fundo, mais comuns aos diferentes grupos de agitação estudantil? Primeiro, uma posição crítica em relação à sociedade capitalista, à escravidão dos consumidores, à manipulação dos grupos sociais pelo poder econômico, a tudo o que, segundo Marcuse, reduz o homem a uma dimensão. Em seguida, uma posição polêmica em relação aos partidos de esquerda, incapazes de encarar o capitalismo com olhos e instrumentos novos, presos a esquemas de oposição e de luta hoje esvaziados de qualquer significação. Em terceiro, uma acentuada concordância com a análise chinesa do revisionismo russo e reservas sobre o conceito de coexistência pacífica.»¹²

Esta análise salienta bem não só o caráter crítico radical da revolta estudantil, mas também sua total des-

¹² PEDROSO d'HORTA, Arnaldo, Da Escola à Luta Política, em *O Estado de São Paulo*, 24 de março de 1968.

confiança em relação aos esquemas revolucionários institucionalizados, ou seja, os partidos de esquerda. Estes partidos, inclusive senão principalmente o comunista, são fruto dessa civilização que eles negam. Pactuaram com a mesma, aceitaram as regras do jogo por ela impostos. Quando assumiram o poder, exceto no caso da China, acabaram por adotar os valores e padrões da sociedade industrial moderna. Na verdade, os partidos de esquerda, inclusive o comunista, deixaram de ser revolucionários. Não é portanto surpreendente que as lideranças estudantis, que no mundo contemporâneo estão realmente empunhando a bandeira revolucionária, rejeitem decididamente a esquerda tradicional.

Dissemos no começo deste artigo que a revolução do nosso tempo era estudantil, que eram os estudantes a força revolucionária por excelência do mundo atual. Entre as condições que estabelecemos para que isto fosse verdade, citamos a necessidade da existência de uma ideologia revolucionária que lhes orientasse a ação. À primeira vista parece que esta condição não é satisfeita. Tem sido amplamente divulgada a afirmação, sem dúvida verdadeira, de que a revolta estudantil não apresenta soluções, não tem um esquema operacional para resolver os problemas levantados. E sem dúvida isto é verdade. Conforme observa o correspondente de *O Estado de São Paulo* na França, a respeito da crise estudantil de maio de 1968:

«... a reforma universitária é apenas um primeiro passo para algo muito maior que é a reforma da sociedade. Denuncia-se tudo, mas há uma incapacidade total de definir os termos da nova sociedade que deverá substituir essa que vão destruir.»¹²

Entretanto, não podemos afirmar que os estudantes não tenham uma ideologia, por não apresentarem soluções,

¹² *O Estado de São Paulo*, 15 de maio de 1968.

esquemas feitos. Aliás, a posse de «soluções» não caracteriza em absoluto as ideologias revolucionárias. Uma ideologia revolucionária, ao contrário de uma ideologia reformista, não é construtiva, é dialeticamente destrutiva. Sua preocupação é não oferecer soluções, mas negar a sociedade estabelecida. As soluções surgirão depois, a partir da contradição e da sua prática. Surgirão das *práxis*. Na verdade,

«... os partidos não servem mais, os sindicatos estão superados, as exigências da explosão cultural são desconhecíveis, mas, ao mesmo tempo, inexistem, prontas, fórmulas substitutivas satisfatórias. Trata-se, então, de manter e fomentar o protesto enquanto protesto, dando tempo ao tempo, até que novas proposições se formulem. Mais uma vez a teoria vai nascer da ação.»¹⁴

Basta, portanto, aos estudantes, no momento, possuir uma ideologia crítica. E está aí, precisamente, o imenso poder da ideologia estudantil. Ela é radicalmente crítica, como o fora, no século passado, a teoria marxista.

E' preciso observar que, até o início da revolta estudantil, os grupos revolucionários de esquerda só possuíam a seu dispor uma ideologia revolucionária — a marxista. Ora, não obstante o imenso poder da teoria marxista — como meio de conhecimento e principalmente como meio de transformação do mundo — é preciso não esquecer que esta teoria tem mais de cem anos. *O Manifesto Comunista* já está com cento e vinte anos. Ora, daquela época para cá o mundo mudou muito. Mudou não só quantitativamente, mas também qualitativamente. Por isso, embora o método marxista continue vivo, a crítica marxista perdeu vigor. Tem ainda muita validade, mas deixou de ter aquele sentido revolucionário atuante, na medida em que o mundo a ser transformado é outro. Marx criticava o capitalismo. O capitalismo continua sem dúvida

¹⁴ PEDROSO d'HORTA, Arnaldo, A Reivindicação Cultural, em *O Estado de São Paulo*, 16 de junho de 1968.

sujeito à crítica marxista em muitos pontos. Mas esse capitalismo está tão mudado, tendo inclusive alcançado um grande grau de planejamento estatal, que não tem sentido mais repetirmos simplesmente as críticas de há cem anos. Além disso surgiu neste século, pretendendo basear-se em Marx, um sistema de governo competitivo com o capitalismo — o socialismo burocrático do tipo soviético — que, em inúmeros pontos, reproduz as características e os defeitos das economias capitalistas. Nesses termos, a velha crítica marxista ao capitalismo — então o sistema político e tecnológico dominante — perdeu atualidade. E com isso os grupos de esquerda, que continuavam a refletir sem capacidade criadora essa crítica, perderam substância.

Na hora atual, o que cabe criticar é o novo sistema político e tecnológico dominante — e este sistema é o da sociedade industrial moderna. Este sistema ainda pode ser dividido, politicamente, em capitalismo ou socialismo, na medida em que predomine a propriedade privada ou a propriedade estatal dos meios de produção — mas, tecnologicamente, este sistema é um só. E não é preciso conhecer profundamente marxismo para saber as consequências desse fato: se o modo de produção é o mesmo, embora as relações de produção ainda não sejam exatamente as mesmas, é muito provável que a superestrutura de valores e crenças — os valores e as crenças da sociedade industrial moderna — sejam muito semelhantes.

Ora, o que a revolta estudantil vem fazendo, ideologicamente, é exatamente essa crítica, não apenas do capitalismo, nem do comunismo burocrático, mas da sociedade industrial moderna, da sociedade tecnoburocrática. Embora não tenham sido os estudantes os formuladores originais dessa crítica — ela vem sendo feita por um grande número de filósofos, entre os quais, talvez arbitrariamente, pudéssemos salientar Sartre e Marcuse —, foram eles os que primeiro adotaram essa ideologia crí-

tica em termos políticos, em termos de ação política. Enquanto os demais grupos de esquerda continuavam a repetir (e deturpar) Marx, cuja filosofia racionalista foi, inclusive, em parte incorporada ou anexada à ideologia da sociedade industrial moderna, os estudantes partiam para a crítica e a negação total dessa sociedade. Conforme afirmava um *slogan* dos estudantes franceses, ao qual já nos referimos:

«A revolução que começa transformará não apenas a sociedade capitalista, como a civilização industrial.»¹⁸

O capitalismo, portanto, era apenas o alvo mais imediato dos estudantes franceses. A sociedade industrial era seu objetivo maior — porque eles perceberam que o atual sistema capitalista dos países desenvolvidos não passa de um aspecto da sociedade tecnológica. Da mesma forma, nos países socialistas, a revolta estudantil tem como objeto a sociedade industrial ou tecnológica. Apenas nesses países essa sociedade se reveste de outro aspecto, apresenta alguns problemas específicos, especialmente a declarada falta de liberdade. Como os estudantes em revolta são todos basicamente socialistas, em todos os países do mundo, revoltam-se nesses países, não contra o socialismo, mas principalmente contra uma deturpação desse sistema, que é a ditadura.

Ora, é exatamente no fato de ser o primeiro movimento político que adota como posição a crítica da sociedade industrial moderna, que reside a extraordinária originalidade e a força da ideologia estudantil que, portanto, não é o ponto fraco da revolta estudantil, mas um dos seus aspectos mais fortes, que mais legitimam pensar essa revolta em termos de uma revolução.

Mas qual é essa crítica da sociedade industrial moderna? Para respondermos a essa pergunta, devemos exa-

¹⁸ Em *O Estado de São Paulo*, 15 de maio de 1968.

minar agora algumas das características da sociedade industrial moderna, a qual, como vimos, é fruto de um extraordinário ritmo de desenvolvimento tecnológico por que vem passando o mundo. Não pretendemos, em absoluto, ser exaustivos em relação ao problema. Analisaremos apenas aqueles aspectos da sociedade industrial moderna que dizem respeito à revolução estudantil.

Herbert Marcuse é um dos críticos mais profundos e radicais da sociedade industrial moderna. Em seus livros, o filósofo alemão há muito radicado nos Estados Unidos, usando com grande liberdade de conceitos filosóficos de origem variada, do marxismo e do freudismo, faz uma análise demolidora da sociedade industrial moderna — da civilização tecnológica. O modelo em que ele se baseia é naturalmente aquele que conhece melhor, e também aquele em que a sociedade industrial alcança maior grau de desenvolvimento — os Estados Unidos. Mas sempre que possível, ele amplia o âmbito de sua análise para abranger explicitamente os demais países desenvolvidos ocidentais e os países comunistas industrializados.

A análise de Marcuse tem sido freqüentemente relacionada com a revolta estudantil. Este relacionamento parece-nos fundamentalmente válido. Mas não devemos concluir daí que as teorias de Marcuse sejam a causa da revolta estudantil. O que é a causa da revolta estudantil é a sociedade industrial que Marcuse analisa e critica, não a própria crítica de Marcuse. Pensar de outra forma seria atribuir ao filósofo uma importância que ele não tem. O número de estudantes que até hoje leu algum livro de Marcuse deve ser mínimo. Seu estilo é difícil, sua filosofia sofisticada, de forma que é inacessível à maioria dos estudantes. Além disso, até há pouco Marcuse sequer mencionava os estudantes, quando examinava as possíveis forças que poderiam se opor ao *statu quo*. Em seu livro *One — Dimensional Man*, de 1964, por exemplo, depois de demonstrar o caráter conservador dos operários, declara ele:

«Contudo, por baixo da base conservadora popular está o substrato dos párias e estranhos, dos explorados e perseguidos de outras raças e de outras cores, os desempregados e os não empregáveis. Eles existem fora do processo democrático; sua existência é a mais imediata e a mais real necessidade de pôr fim às condições e instituições intoleráveis. Assim, sua oposição é revolucionária, ainda que sua consciência não o seja.»¹⁶

Não é possível, portanto, considerar as idéias de Marcuse como causa da revolta estudantil. Nem mesmo o título de ideólogo desse movimento lhe é inteiramente apropriado, já que só recentemente, depois que a revolta estudantil explodiu, é que ele passou a ver nela uma alta carga revolucionária. O grande mérito de Marcuse, porém, foi ter verbalizado uma insatisfação que todos sentem, inclusive os estudantes, com a civilização industrial tecnoburocrática.

Diz Marcuse que a sociedade industrial é uma sociedade totalitária, cujo alto desenvolvimento tecnológico permitiu que fossem artificialmente criadas necessidades nos indivíduos, que se tornaram assim manipuláveis:

«Em virtude do modo pelo qual se organizou a sua base tecnológica, a sociedade industrial contemporânea tende a tornar-se totalitária. Pois «totalitária» não é apenas uma coordenação política terrorista da sociedade, mas também uma coordenação tecno-econômica não-terrorista que opera através da manipulação das necessidades por interesses adquiridos.»¹⁷

Pretendendo ser ideologicamente neutra, ser simplesmente técnica ou científica, a sociedade industrial é na verdade altamente ideológica, imprimindo a seus participantes a marca profunda de seus valores e crenças e roubando-lhes a liberdade íntima, a ponto de formar o «homem de uma única dimensão».

«... a cultura industrial avançada é *mais* ideológica do que a sua predecessora, visto que, atualmente, a ideologia está no próprio processo de produção. Esta proposição revela de forma provocadora os aspectos políticos da racionalidade tecnológica

¹⁶ MARCUSE, Herbert, *One-Dimensional Man — Studies in the Ideology of Advanced Industrial Societies*, 1ª edição, 1964. Edição brasileira, *Ideologia da Sociedade Industrial*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967, p. 235.

¹⁷ *Idem*, pp. 24-25.

prevalente. O aparato produtivo e as mercadorias e serviços que ele produz, «vendem» ou impõem o sistema social como um todo. Os meios de transporte e comunicação em massa, as mercadorias, casa, alimento e roupa, a produção irresistível da indústria de diversões e informações trazem consigo atitudes e hábitos prescritos, certas reações intelectuais e emocionais que prendem os consumidores mais ou menos agradavelmente aos produtores e, através destes, ao todo. Os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade. E, ao ficarem esses produtos benéficos à disposição de maior número de indivíduos e de classes sociais, a doutrinação que eles portam deixa de ser publicidade; torna-se um estilo de vida. E' um bom estilo de vida — muito melhor do que antes — e, como um bom estilo de vida, milita contra a transformação qualitativa. Surge assim um padrão de *pensamento e comportamento unidimensionais*, no qual as idéias, as aspirações e os objetivos que, por seu conteúdo, transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo.»¹⁸

O resultado do surgimento desse homem unidimensional, sem qualquer real liberdade de opção, é o aparecimento de um sistema de dominação e coordenação — a sociedade industrial contemporânea, que Marcuse chama de Estado do Bem-Estar ou Estado Beligerante, que, embora pretendendo ser a culminância da racionalidade,

«é irracional como um todo. Sua produtividade é destruidora do livre desenvolvimento das faculdades humanas; sua paz, mantida pela constante ameaça de guerra; seu crescimento, dependente da repressão das possibilidades reais de amenizar a luta pela existência — individual, nacional e internacional.»¹⁹

Não pretendemos aqui fazer uma resenha da obra de Marcuse.²⁰ O acima exposto, todavia, parece-nos suficiente para que tenhamos uma idéia preliminar e geral do seu pensamento, ou seja, de sua crítica da sociedade industrial moderna. Também não temos como objetivo nesse momento fazer uma análise crítica de Marcuse. Sua acusação contra a sociedade industrial, sem dúvida brilhante, é sempre radical. Reais conquistas da humanidade

¹⁸ *Idem*, pp. 31-32.

¹⁹ *Idem*, p. 14.

²⁰ O leitor interessado, além da obra citada, deverá consultar *Eros e Civilização*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967, cujo prefácio político, escrito em 1966, é particularmente revelador das posições de Marcuse.

são transformadas em seus piores defeitos, por proporcionarem uma «consciência feliz» aos indivíduos e, assim, conterem o processo de transformação da sociedade. O próprio autor reconhece o problema ao afirmar que

«... a perda da consciência em razão das liberdades satisfatórias concedidas por uma sociedade sem liberdade favorece uma *consciência feliz* que facilita a aceitação dos malefícios dessa sociedade.»²¹

A radicalidade do pensamento de Marcuse transparece em toda a sua obra. Os valores que ele propõe como objetivos reais do homem, por exemplo, na medida em que são radicais, estão longe de ser indiscutíveis. Seu homem liberto é

«um homem suficientemente inteligente e suficientemente saudável para prescindir de todos os heróis e virtudes heróicas, um homem sem impulsos para viver perigosamente, para enfrentar o desafio; um homem com boa consciência para fazer da vida um fim em si mesmo, para viver uma vida sem medo.»²²

Finalmente, em sua luta pela revolução das consciências, Marcuse adota uma posição declaradamente utópica. Segundo ele:

«... a autodeterminação será real desde que as massas tenham sido dissolvidas em indivíduos libertos de toda propaganda, doutrinação e manipulação, capazes de conhecer e compreender os fatos e de avaliar as alternativas. Em outras palavras, a sociedade seria racional e livre desde que fosse organizada, mantida e reproduzida por um Sujeito histórico essencialmente novo.»²³

Não cabe aqui, porém, a discussão das possíveis limitações da obra de Marcuse. O que é necessário salientar é a coincidência de sua crítica com a do movimento estudantil dos países desenvolvidos. Daí sua importância irrecusável.

²¹ *Idem*, p. 85.

²² MARCUSE, Herbert, *Eros and Civilization*, 1955, prefácio da 2ª edição, 1966. Edição em português: *Eros e Civilização*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968, p. 15.

²³ MARCUSE, Herbert, *Ideologia da Sociedade Industrial*, p. 231. Ver também, do mesmo autor, *Fim da Utopia, Paz e Terra*, 1969 (original alemão: *Das Ende der Utopie*).

Além da recusa radical aos valores e à estrutura da sociedade industrial tecnoburocrática, a ideologia da revolta estudantil caracteriza-se por um misto de anarquismo e marxismo e pelo idealismo denunciador de toda hipocrisia.

O sentido anárquico da rebelião dos jovens foi amplamente noticiado e discutido, especialmente por ocasião da revolta francesa de maio e junho de 1968. As bandeiras negras estavam então em toda parte. Os líderes estudantis faziam profissões de fé anárquicas. Não foi, porém, apenas na França que o anarquismo estava presente. Em praticamente todos os demais países europeus onde surgiram movimentos estudantis, as bandeiras negras compareciam.

Esta revivescência do anarquismo é perfeitamente compreensível em face ao caráter da revolta estudantil de condenação total aos valores e instituições da sociedade estabelecida. Os pequenos grupos anarquistas, que durante tanto tempo permaneceram marginalizados, dominados, nos setores de esquerda, pelos grupos marxistas, voltaram subitamente a ter uma voz ativa e poderosa. Isto porque o marxismo, devido ao seu caráter racionalista rigoroso, fruto que foi do auge do racionalismo oitocentista, e também por ter sido institucionalizado e burocratizado nos países comunistas e nos partidos comunistas dos países capitalistas —, o marxismo passava até um certo ponto a fazer parte da ordem estabelecida. O anarquismo, que jamais subiu ao poder, que sempre foi o símbolo da anti-sociedade racionalista e burocratizada, encontrava agora uma oportunidade magnífica para ressurgir. E ressurgiu, com toda intensidade, expressa no *slogan* altamente significativo: «é proibido proibir».

O anarquismo da juventude, porém, não é puro. As lideranças estudantis caracterizam-se também pelo marxismo, geralmente de linha chinesa, contra qualquer revisionismo. Conforme observa Edgar Morin, referindo-se ao principal líder dos estudantes franceses:

«Cohn-Bendit é um anarquista com toques marxistas. Ele quer uma sociedade livre, onde todos são livres e possam ser eleitos ou revogáveis, ou seja: o poder controlado pela base, onde o controle de todas as empresas é feito pela comunidade, numa espécie de democracia.»²⁴

O sentido anárquico da ideologia é claro, mas sublinha-se, também, a presença de marxismo. Este marxismo, porém, não é o ortodoxo, oficial. Conforme noticiavam as agências informativas internacionais,

«... o grupo liderado por Bendit intitula-se «os furiosos», e defende ideologia esquerdista que abrange castrismo, marxismo e anarquismo.»²⁵

E' preciso, todavia, não exagerar o significado do anarquismo, ou do marxismo castrista ou marxista da revolta estudantil. Estas posições políticas são, sem dúvida, defendidas pelas lideranças. Há, inclusive, muitos grupos católicos radicais que adotam posições nesse sentido. Em relação ao grosso dos estudantes, que participam das passeatas, das tomadas de escolas, das assembléias, não se pode pensar em linha política tão radical. O máximo que provavelmente se poderá dizer é que, nos países capitalistas, são socialistas e sentem uma profunda insatisfação com o mundo em que vivem, e nos países comunistas, defendem a liberdade que lhes é abertamente negada. A figura de Guevara é uma constante de suas passeatas, muito menos por suas idéias políticas, do que pelo fato de ele se haver transformado no herói, no exemplo de desprendimento, integridade e coragem absolutas, de um mundo moderno sem heróis. Da mesma forma, a imagem de Mao que freqüentemente aparece nos movimentos estudantis é muito mais um símbolo da negação da sociedade industrial moderna do que um sinal de concordância plena com as soluções chinesas. Mas, se é preciso não exagerar as tendências extremistas da média dos estudantes, também é preciso não cair no erro oposto, tão típico dos conservadores perplexos e atemo-

²⁴ MORIN, Edgar, em *Folha de São Paulo*, 2 de junho de 1968.

²⁵ Em *O Estado de São Paulo*, 7 de maio de 1968.

rizados com a rebelião de que são testemunhas, de imaginar o estudante um cordeiro, um inocente útil, sendo conduzido por lideranças radicais não representativas. Esta é a atitude típica de quem tem medo da verdade, ou então de quem quer justificar ações repressivas contra grupos isolados. O estudante de hoje está muito longe de ser um cordeiro. Ele possui uma capacidade de raciocínio e julgamento próprios que as gerações mais velhas não possuíam. Se as lideranças radicais encontram agora eco para as suas teses, é porque a grande maioria dos jovens decidiu protestar.

Além dessa mistura imprecisa de anarquismo e marxismo, a ideologia estudantil caracteriza-se por um idealismo extremado. Usamos aqui o termo «idealismo» em seu sentido vulgar — de possuir ideais elevados — e não em seu sentido filosófico — de alienação ou recusa de reconhecer a realidade que esteja fora das próprias idéias. E' certo que uma alta dose de idealismo em seu sentido vulgar acaba freqüentemente por implicar em um certo grau de irrealismo. Um dos cartazes afixados na Sorbonne durante a revolta de maio e junho, indicava bem essa tendência. Dizia ele simplesmente:

«Mostrem os vossos desejos de realidade.»²⁰

Não é, todavia, o idealismo a característica mais marcante da ideologia estudantil. O que talvez melhor a caracterize, além do anarquismo-marxista, é a sua autenticidade e absoluta coerência com os valores que aprenderam de seus pais e mestres, mas que estes freqüentemente não praticam. Este aspecto da ideologia estudantil foi muito bem observado por dois intelectuais italianos, Adolfo Gatti e Giorgio Spini, durante um debate de que participaram sobre o problema estudantil.

²⁰ Em *O Estado de São Paulo*, 15 de maio de 1968.

Gatti: «O que nos maravilha e nos surpreende e encanta, quando contemplamos nossos filhos, é a sua franqueza, a lealdade, uma liberdade absoluta e total de ser, que não podemos controlar. Em contraste com a realidade italiana, conformista, hipócrita, encapuçada, em contraste com a nossa própria hipocrisia, há um modo de ser franco, fresco, irracional, animal, que, a meu ver, é legítimo e justo.»

Spini: «Entendo que os movimentos estudantis não são niilistas nem destrutivos. Eles retomam impulsos morais que foram nossos e nos expulsam porque os deixamos perecer.»²⁷

Os dois depoimentos batem em uma mesma tecla: a autenticidade dos valores dos jovens, sua integridade, sua franqueza, seu repúdio a todo tipo de hipocrisia. Dissemos no início desta análise que uma característica essencial da ideologia da juventude era a crítica radical da sociedade industrial, de seus valores e crenças. Esta afirmativa precisa agora ser qualificada. O repúdio dos jovens não é a todos os valores ideais da sociedade industrial, mas à forma hipócrita pela qual eles são aplicados.

O mundo contemporâneo caracteriza-se pela profunda hipocrisia — pela incoerência entre seus valores ideais e seus valores reais, entre o desejo e a realidade. Não obstante a crise do racionalismo, alguns valores ideais tornaram-se comuns para as sociedades industriais modernas: a liberdade, a igualdade entre os homens, a necessidade de bem-estar e segurança para todos, a paz, a justiça. Não há sociedade industrial em que, desde a mais tenra infância, esses valores não sejam ensinados às crianças. Ora, estes valores são ensinados, mas não são praticados. Paz, liberdade, igualdade, justiça, bem-estar para todos são valores violados todos os dias; deturpados, usados como instrumento para se alcançar vantagens pessoais, grupais, nacionais. Além disso, são todos subordinados aos valores tecnoburocráticos maiores da eficiência e da segurança.

E é preciso observar que nem sempre isto ocorreu. Na verdade, estamos diante de mais um fato novo, que

²⁷ Publicado em *L'Espresso*, Roma, 17 de março de 1968, e transcrito em *O Estado de São Paulo*, 12 de maio de 1968.

nos ajuda não só a explicar a ideologia estudantil, mas a própria revolta estudantil. O fato novo não está na injustiça, na desigualdade, na fome, na falta de liberdade, na guerra. Estas sempre existiram. Está na incoerência, na hipocrisia. Nas sociedades tradicionais não existiam a maioria daqueles valores. Os homens eram mesmo considerados desiguais; a guerra estava longe de ser algo em princípio condenável, em muitos casos o oposto era verdadeiro; a liberdade só tinha sentido para alguns privilegiados. Nesses termos as sociedades não eram incoerentes consigo mesmas. Agora, porém, os jovens aprendem valores que se pretendem universais e no entanto esses valores continuam sendo na prática desrespeitados.

Está aí portanto mais uma causa da revolta estudantil — a incoerência intrínseca do mundo moderno —; está aí mais uma característica central da ideologia estudantil — a autenticidade, a coerência entre os valores aprendidos e os que se deseja praticar. Este é sem dúvida um aspecto a mais do idealismo dos jovens, que ainda não aprenderam a fazer compromissos. Mas como tudo na juventude de hoje é um aspecto explosivo que se constitui em uma causa nova para a revolta, para o inconformismo.

Entretanto é preciso fazer aqui uma ressalva. O idealismo estudantil está sempre correndo um grave risco: o do totalitarismo. E' exatamente esse totalitarismo da sociedade moderna um dos principais alvos da revolta estudantil. Mas, na sua refutação radical da sociedade industrial, os estudantes podem cair no mesmo erro que estão combatendo. Em seu radicalismo, os estudantes às vezes não respeitam o direito e a liberdade dos outros. Conforme observa o conhecido professor de lingüística do MIT, Noam Chomsky, referindo-se aos estudantes:

«O movimento de protesto que busca uma contestação total, e se exprime mediante iniciativas irracionais e absurdas que violam os direitos dos outros, contém em si um grave perigo. De fato ele se propõe como a única minoria iluminada, termi-

nando por arrogar-se direitos especiais: em resumo esse tipo de protesto pretende tornar-se uma nova elite de poder.»²⁸

Esta advertência é importante, embora pensemos que se aplica à minoria dentro do movimento estudantil. Dentro de um movimento estudantil mais amplo, porém, há sempre o perigo dessas minorias «totalitárias em nome da liberdade» assumirem o poder. Sem dúvida não é possível realizar-se uma revolução sem que um grupo minoritário assuma sua liderança e adote uma determinada ideologia. No momento, porém, em que a ideologia adotada for considerada a única legítima, com exclusão de todas as demais, estaremos caminhando no sentido do totalitarismo. Os estudantes, com sua ideologia aberta, e sua fé na liberdade, parecem à primeira vista distanciados desse risco. Já tem havido casos, porém, em âmbito restrito, de totalitarismo estudantil. De forma que a advertência de um intelectual de esquerda como Chomsky parece-nos perfeitamente válida.

Até o momento viemos desenvolvendo esta análise sem nos preocuparmos em distinguir a revolta dos estudantes de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Dissemos apenas que nos dois tipos de países essas revoltas vêm ocorrendo. Não nos preocupamos em fazer essa distinção porque sustentamos que os pontos comuns são mais significativos do que as diferenças, entre os movimentos estudantis dos países desenvolvidos e dos subdesenvolvidos.

Isto ocorre fundamentalmente porque, obviamente, só há revolta estudantil em países em que há um número relativamente grande de estudantes. Ora, países desse tipo não são países subdesenvolvidos de alto a baixo. Possuem em geral quistos de desenvolvimento. São sociedades dualistas em que existe sempre um setor mo-

²⁸ CHOMSKY, Noam, em entrevista a Mauro Colamandrei. Citado por Arnaldo Pedroso d'Horta, "A Esquerda Americana", em *O Estado de São Paulo*, 2 de novembro de 1969.

dermo ao lado do tradicional. E a universidade, da mesma forma que a indústria, faz parte exatamente do setor moderno, que apresenta muitas semelhanças com os países desenvolvidos. Dessa forma, no setor urbano e moderno dos países subdesenvolvidos existe uma classe média relativamente desenvolvida; os operários, inclusive porque podem ser considerados privilegiados em relação aos trabalhadores e marginais do setor tradicional, não têm espírito revolucionário; a família patriarcal entrou em decadência; os métodos de educação e os valores são integralmente baseados nos padrões dos países desenvolvidos; já teve início um processo de massificação estudantil. Países subdesenvolvidos como o Brasil, a Argentina, a Espanha, o Chile enquadram-se nesse modelo. Em países desse tipo, portanto, as causas e características da revolta estudantil são muito semelhantes à dos países desenvolvidos.

E' preciso, todavia, fazer uma ressalva da maior importância: a ideologia, os objetivos da luta estudantil são diferentes nos países subdesenvolvidos. Nestes países não tem muito sentido falar-se em marcusismo ou mesmo em anarquismo. Não há sentido em revoltar-se contra o consumismo das sociedades ricas, em países em que a pobreza e a fome são problemas muito mais graves. Não há por que discutir-se o problema do lazer, da liberdade do homem em relação ao trabalho, quando a falta de trabalho expressa no desemprego disfarçado é um problema muito mais sério.

Durante o auge da revolta estudantil francesa, esteve no Brasil um conhecido líder anarquista. Um grupo de estudantes e intelectuais procurou avidamente entrar em contacto com o francês para uma troca de impressões. Depois de alguns minutos de debate, porém, notou-se a perplexidade e confusão dos estudantes brasileiros. O anarquista francês falava dos êxitos econômicos da França, da melhoria do padrão de vida que ali havia ocorrido, e partia daí para desenvolver sua crítica à sociedade industrial. Ora, no Brasil, como nos demais países subdesenvolvidos, o objetivo é chegar à condição de sociedade industrial moderna...

Nesses termos, a ideologia dos estudantes dos países desenvolvidos não pode ser confundida com a dos estudantes dos países subdesenvolvidos, a não ser em um ponto: ambas criticam de forma radical a ordem estabelecida. O conteúdo dessa crítica, porém, é diverso. Os estudantes protestam contra a ditadura, o imperialismo, a ineficiência do governo, a baixa qualidade do ensino, pela liberdade de associação e expressão dos estudantes, pela reforma universitária com maior participação estudantil, etc.

Vemos, portanto, que a ideologia estudantil dos países desenvolvidos não está sendo simplesmente transplantada para os países subdesenvolvidos. Se isto ocorresse, a autenticidade e profundidade do movimento, asseguradas pelas causas comuns a países desenvolvidos e subdesenvolvidos a que já nos referimos, seriam profundamente comprometidas.

VII

Revolta ou Revolução

NO INÍCIO DESTES TRABALHOS DISSEMOS QUE NOSSA TESE central é a de que a revolução do nosso tempo é estudantil, que são os estudantes a força e o gérmen revolucionários mais importantes desta segunda metade do século XX. Em apoio à nossa tese vimos que os operários transformaram-se em ex-revolucionários, que os movimentos estudantis têm objetivos e uma ideologia revolucionária, e que as causas da revolta estudantil são ao mesmo tempo profundas e novas, de forma que, feita a análise de um ponto de vista histórico, seu sentido revolucionário ganha em profundidade e significação.

Entretanto, é comum ouvirmos restrições ao potencial revolucionário da juventude, com argumentos da seguinte natureza: a época estudantil é transitória, depois serão todos obrigados a ceder, a fazer compromissos com a ordem estabelecida; os jovens não possuem força nem organização para empreenderem sozinhos uma revolução.

Não negamos que haja grande dose de verdade nessas afirmações. Talvez esteja exatamente aqui, no problema da operacionalidade ou praticabilidade, o ponto fraco da revolta estudantil, que mais dificulta a sua transformação em revolução.

Mas é preciso também não subestimar as possibilidades revolucionárias dos estudantes. Nestes últimos anos, pelo menos em dois países a revolta estudantil ficou muito próxima da revolução: a França e a China. Na França, a revolta de maio e junho arrastou para as ruas as maiores multidões da história de Paris, todas as universidades foram tomadas, os conflitos nas ruas foram de enorme violência, os operários, estimulados pelos estudantes, começaram a aderir ao movimento. A situação era tipicamente revolucionária. Não fora o conservadorismo do Partido Comunista e das esquerdas em geral, que se opuseram ao movimento, e depois cancelaram as greves para as habituais reivindicações salariais, e possivelmente teríamos tido uma revolução. A esmagadora vitória gaullista, nas eleições gerais de julho, não tira em nada a importância da revolta estudantil francesa. De Gaulle aproveitou-se da timidez, senão do medo da classe média, conservadora por natureza, para, em uma jogada eleitoral, acusar os comunistas, que no fundo haviam sido o baluarte do regime, pela crise. Ao mesmo tempo acenou a essa mesma classe média com reformas que sempre lhe são caras. O resultado foi sua grande vitória sobre as esquerdas, que haviam ficado perplexas em face à revolta estudantil. O fato, porém, é que essas eleições, que haviam sido convocadas devido à revolta dos estudantes, excluía-os integralmente. Dois grupos se degladiavam — esquerdas e gaullistas — que nada tinham a ver com os estudantes causadores das eleições. Por isso mesmo a vitória de De Gaulle não resolve em absoluto o problema estudantil francês.

Na China, também, a revolta estudantil alcançou as raias da revolução. A «Revolução Cultural», iniciada sob a inspiração de Mao-Tse-Tung, teve como instrumento os estudantes — os «guardas-vermelhos». O simples uso dos estudantes como instrumentos já é significativo. Em breve, porém, os estudantes deixaram de ser instrumentos para se transformarem em autores. A liderança comunista perdeu grande parte do controle sobre eles. Sem

dúvida poder-se-ia objetar que esta relativa falta de controle estava dentro dos planos de Mao. E' isto o que se depreende do seguinte trecho de um discurso de Lin Piao:

«A linha do Presidente Mao sustenta que as massas se educam e se emancipam sozinhas; é uma linha que coloca a audácia acima de tudo, recomendando que se ouse e que se tenha confiança nas massas, apoiando-se melhor sobre elas, mobilizando-as sem reserva . . . Esta ampla democracia significa que o partido encoraja sem nenhum temor as massas a que vigiem e critiquem os organismos e as pessoas dirigentes do partido e do Estado, em todos os graus, mediante uma larga e franca exposição de opiniões e críticas, através dos jornais murais, em grandes ideogramas, de debates, e de amplo intercâmbio de experiência revolucionária.»²⁹

Dentro ou fora dos planos da liderança dos partidos o fato é que o movimento dos estudantes chineses — observe-se que as «massas» foram os estudantes — saiu amplamente do controle, ganhou feição própria, e constituiu-se em um poderoso meio de transformação da sociedade chinesa.

Na França e na China, portanto, a revolta estudantil já andou muito próxima da revolução. Em outros países, como a Alemanha, a Itália, a Argentina, a Espanha, a revolta estudantil alcançou também grande intensidade.

A alegação de que falta organização aos estudantes não é correta. Na França como no Brasil, nos movimentos de rua e na ocupação das escolas, os estudantes revelam-se possuidores de uma organização e uma técnica surpreendentes. A demonstração mais convincente das possibilidades de organização dos estudantes, porém, foi-nos dada pelo líder estudantil alemão Rudi Dutschke, que se afirma «um revolucionário profissional». E de fato, a eficiência com que conseguiu, no começo de 1968, espalhar a agitação por uma Alemanha sólida e pacata, que

²⁹ PEDROSO d'HORTA, Arnaldo, "Revolução Cultural do Ocidente ao Oriente", em *O Estado de São Paulo*, 12 de maio de 1968.

há mais de trinta anos não conhecia movimentos de rua, foi impressionante. Na verdade, é preciso dizer que, relativamente aos grupos revolucionários anteriores, o movimento estudantil é aquele que, na média, apresenta maior potencial de conhecimentos técnicos e organização. A educação que receberam e estão recebendo transforma-os em um grande grupo com uma capacidade de raciocínio e decisão muito maior, por exemplo, do que a dos operários.

A transitoriedade da vida estudantil, porém, pode sem dúvida transformar-se em um obstáculo à revolução estudantil. É certo que o grupo está sempre se renovando e aumentando. Mas sua ação está sempre correndo o risco de perder continuidade.

Mais grave do que a falta de organização e a transitoriedade, porém, é a falta de controle ou pelo menos de acesso aos meios de produção e aos armamentos. O poder, nas sociedades modernas, está intimamente relacionado com o controle dos meios de produção e dos armamentos. Se considerarmos estes como uma espécie de bem de capital, poderíamos generalizar afirmando que o poder depende do controle sobre estoque de capital existente. Quanto maior for esse controle, maior será o poder político. O controle poderá originar-se da propriedade, como é o caso dos empresários, ou do conhecimento técnico profissionalizado, como acontece com os tecnocratas, ou da função burocrática, como é o caso dos militares em relação aos armamentos. Este controle sobre os bens de capital — máquinas, veículos, prédios, armas — tem como consequência o controle sobre a organização, sobre a estrutura burocrática que administra esse estoque de capital. Do poder sobre os homens que fazem parte, direta ou indiretamente, das grandes organizações públicas ou privadas, ao poder político, é um passo.

Ora, os estudantes estão situados fora desse esquema de poder. Ao contrário do que acontece com os operários que, embora não tendo o controle dos meios de produção, estão integrados no processo de produção e vivem suas contradições, os estudantes são marginais a esse processo de produção. Estão se preparando para nele integrar-se. Mas ainda não o fizeram. Resulta daí

uma grande fraqueza política dos estudantes na medida em que eles estão muito distanciados do controle do processo de produção.

Para realizarem uma revolução terão que prever a forma de controlar os bens de capital e a respectiva tecnologia que determinam esse processo de produção. E tal tarefa não será fácil de ser realizada, dado o distanciamento dos estudantes desse mesmo processo. Esse distanciamento, essa marginalidade do estudante em relação à produção, aliás, é importante na explicação da ideologia imprecisa, idealista e muitas vezes utópica dos estudantes.

E' preciso, todavia, não exagerar esta fraqueza dos estudantes. Porque é preciso lembrar que, por outro lado, a força revolucionária dos estudantes deriva exatamente de sua marginalidade. No momento em que o estudante, mesmo enquanto estudante, começa a se integrar no processo produtivo, podemos ter certeza de que seu potencial revolucionário está terminando. Marx pretendia que a classe operária, no século passado, seria a origem e a base da revolução socialista, na medida em que ela, participando do processo de produção, percebia as contradições do mesmo, contradições que implicavam em exploração e miséria para a classe operária. Hoje, com um panorama muito modificado, estamos pretendendo que a revolução será ou poderá ser feita pelos estudantes e intelectuais não-comprometidos, exatamente na medida em que eles sejam marginais, na medida em que eles não estejam integrados no processo de produção capitalista ou comunista.

Não dispomos de bola de cristal para podermos afirmar se esta revolução ocorrerá ou não. A única coisa que é certa é a de que os estudantes constituem hoje o fermento mais poderoso de renovação da sociedade. Sua visão crítica da mesma certamente a fará mudar, a fará transformar-se. Estas modificações, porém, poderão ser realizadas a longo prazo, ou poderão ser revolucionárias.

Para serem revolucionários enfrentam, portanto, os problemas de uma relativa falta de organização, de falta

de controle sobre os meios de produção, e de transitoriedade. Estes fatos deixam os estudantes muito vulneráveis. E quando a ordem vigente tem êxito em uma atividade geral de controle policial do movimento estudantil, a ação revolucionária estudantil entra em uma fase de recesso até que seus quadros, sempre transitórios, possam novamente ser refeitos.

Através da transitoriedade da ação revolucionária dos estudantes introduzimos a figura do intelectual não-comprometido. No começo deste trabalho dissemos que os estudantes e os intelectuais não-comprometidos seriam os grupos revolucionários por excelência. Acrescentamos os intelectuais não-comprometidos exatamente porque eles representam a perspectiva de continuidade no tempo do grupo estudantil, de superação, portanto, do caráter transitório da vida estudantil.

Mas o que entendemos por «intelectuais não-comprometidos»? É o intelectual que não se integrou no processo tecnoburocrático de produção. Em sua maioria são os ex-universitários desempregados ou os semi-empregados. Há, todavia, algumas profissões — artistas, professores, jornalistas, médicos — em que também pode haver um certo grau de descompromissamento. Chamamos a esses intelectuais de descomprometidos, na medida em que não dependem de uma carreira, da aprovação de superiores para sobreviverem. Devem ser incluídos também nesse grupo os *hippies* e todo o movimento *underground*.

É desse grupo de intelectuais não-comprometidos, somados aos estudantes, que sairão as lideranças radicais. Nos países latino-americanos é desse grupo que sai a maioria dos chefes guerrilheiros. O mesmo ocorreu no Vietnã. Conforme observa Régis Debray, referindo-se àquele país:

«As circunstâncias dessa mesma guerra de libertação levam os partidos, originalmente compostos de estudantes e do melhor

que existe na classe operária, a deslocar-se ao campo e levar uma guerra de guerrilhas contra o invasor.»³⁰

A introdução da figura do intelectual não-comprometido leva-nos ainda a uma última generalização a respeito das possibilidades de transformação da revolta estudantil em revolução. Referimo-nos à capacidade de absorção, pelo sistema econômico, dos egressos das universidades. Durante certo período, especialmente durante o governo Kennedy, foi aceita pelos Estados Unidos a idéia que a melhor maneira de combater a subversão era promover o desenvolvimento econômico. Infelizmente, porém, esta proposição demonstrou-se falsa. Tanto o imperialismo americano como o soviético já verificaram que a subversão não está necessariamente relacionada com o nível de desenvolvimento, e que, portanto, as melhores formas de conter a subversão continuam a ser a força militar e o suborno das lideranças políticas. Esta verificação foi uma das causas da diminuição da ajuda econômica aos países subdesenvolvidos.

Entretanto, estamos agora capacitados a oferecer uma segunda teoria, para substituir aquela que relacionava subversão com nível de subdesenvolvimento. Esta teoria pode ser expressa nos seguintes termos: quanto menor for a capacidade relativa do sistema econômico de absorver os estudantes egressos das universidades, maior será a proporção de jovens com nível universitário desempregados ou mal empregados — intelectuais não-comprometidos — e maior, portanto, será a probabilidade de a revolta estudantil alcançar profundidade e transformar-se em revolução.

E' claro que, em face a essa hipótese, há duas estratégias possíveis para as classes conservadoras: procurar diminuir o número de universitários ou proporcionar-lhes condições de emprego. Nos países subdesenvolvidos, porém, nenhuma das duas alternativas é de fácil execução. A pressão da classe média para que seus filhos cheguem à universidade é crescente. Por outro lado, a estagnação,

³⁰ DEBRAY, Régis, *Revolução na Revolução*, tradução do espanhol *Revolución en la Revolución*, Havana, Casa das Américas, 1967, p. 71.

mais do que o desenvolvimento, tem caracterizado as economias subdesenvolvidas. As perspectivas da revolução estudantil e dos intelectuais não-comprometidos, pelo menos em relação aos países subdesenvolvidos, são portanto concretas.

Finalmente, é preciso salientar que a revolução do nosso tempo provavelmente não é exclusivamente estudantil. Já mencionamos o papel dos intelectuais não-comprometidos, mas estes, além de pouco numerosos, podem ser considerados um prolongamento do grupo estudantil. Os estudantes, estes já são numerosos, mas não o bastante para sozinhos levarem a cabo uma revolução. Deverão, em princípio, contar com o apoio dos outros grupos para que sua ação possa tornar-se eficiente. Na França os estudantes tentaram obter o apoio dos operários. Não o conseguiram devido a resistência das lideranças operárias comunistas. Nos países subdesenvolvidos, o eventual apoio que os estudantes e intelectuais não-comprometidos poderão obter será dos camponeses e trabalhadores rurais, e de alguns trabalhadores urbanos marginais. Da classe operária propriamente dita dos países subdesenvolvidos é pouco provável que parta um movimento de apoio a qualquer esforço revolucionário, já que, além de acomodado, vimos que é um grupo relativamente privilegiado dentro das sociedades atuais subdesenvolvidas.

Um aliado, porém, que não poderá ser desprezado pelos estudantes e intelectuais não-comprometidos, na América Latina e especialmente no Brasil, é o movimento católico de esquerda. Vem-se verificando, na realidade, uma transformação profunda senão uma revolução na Igreja, na América Latina, cujas conseqüências poderão ser profundas. Dada a importância do fenômeno e suas claras relações com a revolução estudantil, examinaremos o problema mais detidamente na terceira parte deste livro.

VIII

Conclusão e Resumo

EM CONCLUSÃO, ESPERAMOS TER DEIXADO DEMONSTRADA a tese central deste trabalho: a revolução de nosso tempo é realmente estudantil. Para que isto fosse verdade, estabelecemos algumas condições. Estas condições foram satisfeitas. Os operários podem hoje ser considerados ex-revolucionários. Substituíram-nos nesta segunda metade do século XX os estudantes. Estes possuem objetivos revolucionários. Sua ideologia é de crítica radical à sociedade industrial moderna, superando nesse sentido a crítica marxista, que nega apenas um aspecto da sociedade industrial: o capitalismo. Embora num misto de anarquismo e marxismo, a ideologia da juventude na verdade vai além dos limites dessas posições na medida em que realiza a crítica do próprio racionalismo, do qual o marxismo é típico fruto.

Mais significativo, porém, do que possuir uma ideologia revolucionária e atualizada é o fato de que a revolta estudantil insere-se dentro do processo histórico de forma coerente, possuindo causas historicamente definidas, que chamamos de fatos novos. Os principais fatos novos ou causas profundas e atuantes da revolta estudantil são: a revolução na educação, que tornou os jovens mais independentes de seus pais e mestres; a deterioração da família patriarcal, que minou a liderança dos mais velhos; a crise do racionalismo, que roubou aos pais e mestres a possibilidade de uma mensagem simples e definida; a massificação estudantil, que aumentou o poder

dos estudantes e reduziu a possibilidade de diálogo com os mais velhos; incoerência entre os valores ensinados aos jovens e os praticados; e, até um certo ponto, como causa das causas, a explosão tecnológica, o desenvolvimento tecnológico em progressão geométrica a que o mundo vem assistindo.

Estas causas tornam a revolta estudantil o fenômeno político e socialmente mais significativo do nosso tempo. Seu potencial revolucionário é muito grande, especialmente se a revolta estudantil ganhar continuidade no tempo através do que chamamos intelectuais não-comprometidos.

Em qualquer hipótese, mesmo que na maioria dos países, especialmente nos desenvolvidos, que possuem uma organização social estável e sólida, a revolução estudantil não venha a materializar-se, a revolta estudantil, porém, terá ocorrido. E o gérmen, senão revolucionário pelo menos socialmente transformador dessa revolta, tão profundamente arraigada no processo histórico contemporâneo, será sempre poderoso. Além disso não podemos simplesmente afirmar que a revolta estudantil «terá ocorrido». Mais correto será afirmar que a revolta estudantil estará ocorrendo. Apesar da relativa calma de 1970 e 1971, nada indica que ela tenda a perder vigor. Pelo contrário, as causas da revolta estudantil só tendem a aprofundar-se. E é preciso, portanto, concluir que a revolta estudantil, pelo menos a prazo médio, é um fenômeno histórico irreversível.